



ACADEMIA MILITAR

Operações de Apoio à Paz na Bósnia e Herzegovina: Aprendizagens para o Exército Português

Aspirante de Infantaria Guilherme Silva Bastos Gomes

Trabalho de Investigação Aplicada

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Infantaria

Orientador: Professor Doutor António Paulo David Silva Duarte

Júri:

Presidente: Professor Auxiliar Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio

Arguente: Professora Adjunta Doutora Olga Maria Oliveira Duarte

Orientador: Professor Doutor António Paulo David Silva Duarte

Diretor de Curso: Tenente-Coronel de Infantaria Roberto Martins Mariano

junho de 2024



ACADEMIA MILITAR

Operações de Apoio à Paz na Bósnia e Herzegovina: Aprendizagens para o Exército Português

Aspirante de Infantaria Guilherme Silva Bastos Gomes

Trabalho de Investigação Aplicada

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Infantaria

Orientador: Professor Doutor António Paulo David Silva Duarte

Júri:

Presidente: Professor Auxiliar Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio

Arguente: Professora Adjunta Doutora Olga Maria Oliveira Duarte

Orientador: Professor Doutor António Paulo David Silva Duarte

Diretor de Curso: Tenente-Coronel de Infantaria Roberto Martins Mariano

junho de 2024

EPÍGRAFE

“By three methods we may learn wisdom: First, by reflection, which is noblest; Second, by imitation, which is easiest; and third by experience, which is the bitterest.”

Kong Qiu

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, à minha família e aos meus camaradas de recruta, de academia e de vida, por me motivarem a ser uma pessoa melhor a cada dia.

AGRADECIMENTOS

O Trabalho de Investigação Aplicada, realizado no âmbito do Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, finaliza uma etapa de longos cinco anos de formação académica, física e militar que exigiram uma entrega completa.

A realização da investigação, tornou-se apenas possível com o auxílio de várias pessoas ao longo da mesma, e por isso deixo-lhes aqui a minha eterna gratidão.

Ao meu orientador, Professor Doutor António Duarte, deixo os meus sinceros agradecimentos por, durante o decorrer de toda a investigação, se mostrar sempre presente e disponível para me auxiliar em qualquer aspeto da mesma, tornando possível a realização de todo o projeto.

A todos os entrevistados, que se mostraram constantemente disponíveis e interessados em transmitir todo o seu conhecimento proveniente das próprias experiências no duro teatro de operações na Bósnia e Herzegovina, concedo os meus honrosos agradecimentos.

Aos meus camaradas do curso Marechal Manuel de Oliveira Gomes da Costa, que me acompanharam durante o percurso na Academia Militar e me proporcionaram momentos de irmandade e bem-estar, imprescindíveis para uma boa saúde emocional, destino os meus dignos agradecimentos.

Aos meus camaradas do curso de Infantaria, sem os quais não teria sucedido e ultrapassado todas as adversidades encontradas no meu percurso, confio os meus dignos agradecimentos.

À minha parelha, João Pedro Serafim de Barros, por, mais que ninguém, compreender as minhas maiores dificuldades e mostrar-se constantemente presente para me auxiliar na superação das mesmas, destino os meus dignos agradecimentos.

À minha família, amigos e grupo de jovens, por sempre me apoiarem no percurso que escolhi, ao longo da minha incorporação, do trajeto na Academia Militar e do tirocínio, confio os meus dignos agradecimentos.

Em especial atenção ao meu pai, por, desde que guardo lembrança, me mostrar o encanto da vida militar e da camaradagem, e me cativar para seguir sempre os meus ideais, deixo os meus humildes agradecimentos.

A todas as pessoas, que contribuíram direta ou indiretamente para a realização da investigação, expresso meu mais sincero agradecimento. Um muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho de investigação, debruça-se sobre o tema das operações de apoio à paz na Bósnia e Herzegovina, vistas como as primeiras missões, desta tipologia, em que Portugal participa, possuindo pouca experiência e preparação para as mesmas.

Nesta investigação, pretendemos descobrir quais as aprendizagens retiradas das operações realizadas, para o Exército Português. Para tal, aprofundámos o contexto no qual Portugal esteve inserido durante a participação nas missões e explorámos o motivo que o levou às mesmas. Procurámos também analisar os pontos em falha nas operações, e as dificuldades que os militares sentiram antes e durante o período em que estiveram destacados, fora do território nacional.

A investigação, retrata um estudo de caso ligado a uma abordagem qualitativa, para a qual se utilizou a recolha de documentação, entrevistas e observação direta, como fonte de informação. Realizámos quatro entrevistas a militares que estiveram inseridos nas forças portuguesas presentes nas missões de paz na Bósnia e Herzegovina.

Com o cruzamento dos dados obtidos denotou-se que, na vivência no teatro de operações, as forças careceram de formação prévia sobre como atuar em conjunto com os meios de comunicação, e aprenderam que devem guiar-se pelos procedimentos de outros países com mais experiência no terreno.

Verificou-se que, com a experiência da missão, o exército teve a necessidade de atualizar a sua doutrina, relativa às normas de atuação em cenários de paz, e a sua estrutura, através de uma modernização do equipamento e material das forças e da capacidade da componente logística.

Com a realização do projeto, concluímos que a participação dura do exército, nas operações de paz na Bósnia e Herzegovina, teve uma enorme importância para a evolução e atualização das capacidades e competências do mesmo, e tornou visível a importância e necessidade da presença portuguesa nos teatros de operações conjuntos, de modo a obter valorização e reconhecimento por parte da comunidade internacional.

Palavras-chave: Operações de Paz; Lições Aprendidas; Exército Português; Bósnia e Herzegovina.

ABSTRACT

This research paper focuses on the topic of peacekeeping operations in Bosnia and Herzegovina, seen as the first missions of this type in which Portugal has participated, with little experience and preparation for them.

In this research, we intend to find out what the Portuguese Army has learned from these operations. In order to do this, we delved into the context in which Portugal was inserted during its participation in the missions and explored the reasons that led it to them. We also tried to analyze the points of failure in the operations, and the difficulties that the soldiers experienced before and during the period in which they were deployed outside national territory.

The research is a case study based on a qualitative approach, which used the collection of documentation, interviews and direct observation as sources of information. We conducted four interviews with military personnel who were part of the Portuguese forces in the peacekeeping missions in Bosnia and Herzegovina.

By cross-referencing the data obtained, it emerged that, during their experience in the operations theater, the forces lacked prior training on how to act together with the media and learned that they should be guided by the procedures of other countries with more experience in the field.

The experience of the mission meant that the army needed to update its doctrine on how to act in peace scenarios, as well as its structure, by modernizing the equipment and material of the forces and the capacity of the logistics component.

With the completion of the project, we concluded that the army's hard-fought participation in peace operations in Bosnia and Herzegovina was extremely important for the evolution and updating of the army's capabilities and competencies and made visible the importance and necessity of the Portuguese presence in joint theaters of operations, in order to gain appreciation and recognition from the international community.

Keywords: Peace Operations; Lessons Learned; Portuguese Army; Bosnia and Herzegovina.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL	4
1.1. Enquadramento Histórico da Bósnia e Herzegovina.....	4
1.1.1. Enquadramento Histórico da Jugoslávia.....	4
1.1.2. Guerra da Bósnia e Herzegovina	5
1.2. Organização do Tratado Atlântico Norte	7
1.2.1. Enquadramento Histórico da OTAN	8
1.2.2. OTAN na Bósnia e Herzegovina	8
1.2.2.1. <i>Implementation Force</i>	10
1.2.2.2. <i>Stabilization Force</i>	10
1.3. Organização das Nações Unidas.....	11
1.3.1. Enquadramento Histórico da ONU	11
1.3.2. ONU na Bósnia e Herzegovina.....	13
1.4. Portugal na Bósnia e Herzegovina	14
1.4.1. Contexto Político da Participação de Portugal nas Operações na BiH.....	15
1.4.2. Enquadramento e Composição das Forças.....	17
1.4.3. Meios, Capacidades e Equipamentos	20
1.4.4. Dificuldades Encontradas.....	21
1.4.5. Aprendizagens para o Exército, Portugal e Organizações Internacionais	24
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	28
2.1. Metodologia	28
2.2. Métodos de Recolha de Dados	30
2.2.1. Documentação	31
2.2.2. Entrevistas	31
2.2.3. Observação Direta.....	33
CAPÍTULO 3. RESULTADOS	34
3.1. Enquadramento	34
3.2. Capacidades das Forças em Missão	34
3.2.1. Síntese Conclusiva e Resposta à Pergunta Derivada nº1.....	35
3.3. Desafios Enfrentados pelo Exército.....	35
3.3.1. Síntese Conclusiva e Resposta à Pergunta Derivada nº2.....	37

3.4. Melhorias para as Forças em Missão	37
3.4.1. Síntese Conclusiva e Resposta à Pergunta Derivada nº3.....	38
3.5. Síntese Conclusiva e Resposta à Pergunta de Partida.....	39
CONCLUSÕES.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
APÊNDICES	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma Heráldico da Missão da IFOR/OTAN na BiH	18
Quadro 2 - Cronograma Heráldico da Missão da SFOR/OTAN na BiH.....	19
Quadro 3 - Quantitativo de Meios da Missão da IFOR	20
Quadro 4 - Abordagens da Metodologia numa Investigação no Âmbito das Ciências Sociais	28
Quadro 5 - Apresentação Genérica dos Entrevistados	32
Quadro 6 - Análise das Entrevistas.....	V

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A: Guião do Inquérito para Entrevistas sobre as Operações de Apoio à Paz na Bósnia e Herzegovina	I
Apêndice B: Declaração de Consentimento Informado	III
Apêndice C: Análise de Entrevistas	V

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AG	Assembleia Geral
AgrConjALFA	Agrupamento Conj unto ALFA
APD	Acordo de Paz de Dayton
BAI	Brigada Aer o tran sportada I ndependente
BIAT	Batalhão de I nfantaria Aer o tran postado
BiH	Bósnia e Herzegovina
BIMec	Batalhão de I nfantaria Mec anizado
BIMoto	Batalhão de I nfantaria M otorizado
BIPara	Batalhão de I nfantaria P araquedista
BLI	Brigada L igeira de I ntervenção
BMI	Brigada Mec anizada I ndependente
BMN	Brigadas M ultinacionais
BMN-SN	BMN Sarajevo-Norte
CAt	Companhia de A tiradores
CCS	Companhia de C omando e S erviços
CE	Concerto da E uropa
CES	Conselho E conómico e S ocial
COMSFOR	Comando da SFOR
CNU	Carta das N ações U nidas
CRP	Constituição da R epública P ortuguesa
CS	Conselho de S egurança
DAS	Destacamento de A poio de S erviços
DL	Destacamento de L igação
DMN-N	Divisão M ultinacional N orte
DMN-SE	Divisão M ultinacional S udeste
DMN-SO	Divisão M ultinacional S udoeste
ENJ	Exército N acional J ugoslavo
EQOE	Equipa de O perações E speciais
EUA	Estados U nidos da A mérica
EUFOR	<i>European Union Force</i>

FAP	Forças Armadas Portuguesas
FRR	Força de Reação Rápida
IFOR	<i>Implementation Force</i>
MNBG	<i>Multinacional Battlegroup</i>
NHQSa	<i>NATO Headquarters Sarajevo</i>
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PD	Pergunta Derivada
PelAt	Pelotão de Atiradores
PP	Pergunta de Partida
PPVO	Plano de Paz Vance-Owen
QG	Quartel-General
SFOR	<i>Stabilization Force</i>
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
TO	Teatro de Operações
TPIJ	Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia
UE	União Europeia
UNPROFOR	<i>United Nations Protection Force</i>
US	União Soviética

INTRODUÇÃO

O atual Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), é realizado no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, focado no tema das missões de apoio à paz.

O tema encontra-se centrado nas operações militares realizadas pelo Exército Português, na Bósnia e Herzegovina (BiH), com particular atenção ao empenhamento inicial da *Implementation Force* (IFOR), maioritariamente constituída por Paraquedistas, num contexto regional desconhecido por Portugal até ao momento.

Dentro de um raciocínio histórico, “A guerra de dissolução da Jugoslávia começou no Kosovo em 1989 e termina, também no Kosovo, em 1999.” (Rupnik, 1999, p. 1), sendo esta, considerada uma disputa movida pela política onde as motivações religiosas representaram uma notável influência no desenrolar dos conflitos.

A guerra na antiga Jugoslávia foi considerada uma atrocidade aos direitos humanos, onde a população foi a maior vítima, comparativamente às anteriores grandes guerras. Registadas apenas 20% das baixas da Primeira Guerra Mundial recaíram sobre civis, tendo o número subido para 50% das baixas da Segunda Guerra Mundial, enquanto nos conflitos escalados nos Balcãs, se conta com óbitos civis a rondar os 80% (Rupnik, 1999, p. 2).

Com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) embatida de frente com um cenário fora do seu contexto operacional, embora visto como um contexto controverso, teve o seu primeiro grande empenhamento, envolto na área das operações de apoio de paz na Europa. As operações na BiH traduziram-se numa enorme experiência, que permitiu verificar não só as capacidades relativas aos meios militares e a todos os constituintes implicados nas mesmas, como também ao nível da política internacional da organização, como refere Vitorino (2000, pp. 27-28).

Em paralelo com a OTAN, de acordo com Teixeira (2009, p. 121), a participação de Portugal nas operações, no contexto da paz na BiH, foi também a primeira experiência dos militares nacionais neste âmbito, desde a Primeira Guerra Mundial, influenciando posteriormente, a origem da participação nacional em futuras missões. Este desempenho revelou-se de elevada importância, pois veio a testar as capacidades de comando das forças portuguesas numa situação inédita no passado (Vitorino, 1996, p. 41).

O objetivo geral de uma investigação, é a base de toda a construção do trabalho e do seu desenrolar, onde o assunto retratado e todos os aspetos provenientes da investigação, se moldam a este objetivo (Marcon & Lakatos, 2017, pp. 233-234).

Deste modo estabeleceu-se o objetivo geral da investigação, sendo este, analisar as aprendizagens obtidas para o exército português, nas operações de apoio à paz na BiH. Diretamente interligada ao objetivo geral e de forma a atingir o mesmo, foi determinada a Pergunta da Partida (PP): “Quais foram as lições aprendidas obtidas para o exército português, nas operações de apoio à paz na Bósnia e Herzegovina?”.

Com o intuito e capacidade de dividir a investigação em partes e de tornar o objetivo geral extensível a acontecimentos distintos, são gerados objetivos específicos, que contribuem para a chegada ao objetivo geral da investigação (Marcon & Lakatos, 2017, p. 234). Com esta intenção, a investigação, dividiu-se em três objetivos específicos com as devidas Perguntas Derivadas (PD) associadas.

Foi tido em conta como o primeiro objetivo específico, analisar as capacidades iniciais das forças, nas operações de apoio à paz na BiH, onde Portugal esteve presente. Ligada ao mesmo, foi definida a PD1: “Quais as capacidades possuídas inicialmente pelas forças militares, nas operações de apoio à paz na Bósnia e Herzegovina nas quais Portugal esteve inserido?”.

Como segundo objetivo específico da investigação, entende-se o identificar das dificuldades encontradas pelo exército português antes e após o empenhamento dos militares, com a devida PD2: “Quais as dificuldades encontradas pelo exército português antes e durante o empenhamento dos militares?”, de modo a perceber o contexto da participação dos militares numa primeira fase da missão e todas as adversidades sentidas no cenário da BiH.

Por último, foi estabelecido como terceiro objetivo específico, identificar quais as transformações originadas nas respostas às dificuldades encontradas e sua natureza – momentânea, conjuntural e estrutural, associado à PD3: “Quais foram as transformações originadas nas respostas às dificuldades encontradas e sua natureza – momentânea, conjuntural e estrutural?”. Este objetivo destina-se a perceber quais foram as melhorias registadas nas condições de atuação das forças e apoio às mesmas, numa primeira intervenção dos altos escalões.

O presente trabalho de investigação foi estruturado em diferentes capítulos e subcapítulos, facilitando o desenrolar da pesquisa e estudo do mesmo, com o intuito de atingir os objetivos da investigação e obter as respostas às perguntas formuladas.

Inicialmente, com o primeiro capítulo constituído pelo enquadramento teórico, dividimos o mesmo em quatro subcapítulos, do geral para o particular.

O primeiro inclina-se sobre o contexto histórico do país relativo ao estudo, o segundo e terceiro sobre as organizações internacionais com um papel importante na temática da investigação e o último debruçado sobre todo o contexto de Portugal em torno do cenário da BiH e as operações de paz inseridas na região.

O segundo capítulo composto pela metodologia, métodos e materiais, encontra-se ramificado em dois subcapítulos, a metodologia onde a investigação se concentrou e os métodos de recolha de dados utilizados na mesma.

Seguidamente dividimos o terceiro capítulo em partes distintas onde, em cada uma delas, elaborámos uma síntese relacionada a cada uma das perguntas de investigação, através do cruzamento de dados e informação do primeiro capítulo, com os produtos obtidos nas entrevistas e observação direta.

O trabalho consuma-se no capítulo das conclusões obtidas por efeito da realização do mesmo e nos apêndices inseridos no fim deste.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL

1.1. Enquadramento Histórico da Bósnia e Herzegovina

O presente subcapítulo, tem como objetivo descrever de forma sucinta o passado histórico e cultural da BiH, bem como a sua formação dentro de um conjunto de diversas culturas e etnias. Como primeira análise, é retratado o passado do país ainda como um fragmento da Jugoslávia com um estado instável, e posteriormente apresentada a sua independência e guerra resultante da mesma, com a intervenção da comunidade internacional.

1.1.1. Enquadramento Histórico da Jugoslávia

Não podemos abordar a atual BiH sem nos remetermos primeiro à história da Jugoslávia, esta que se constitui como um estado, que ao longo das várias décadas teve “diversas designações (Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, Reino da Jugoslávia, Jugoslávia Democrática Federativa, República Popular Federativa da Jugoslávia, República Socialista Federativa da Jugoslávia e República Federal da Jugoslávia)” (Ristovitch, 2014, p. 129), integrando no seu território diversos países atualmente independentes.

Historicamente, a origem desta nação remonta ao século XIX com a intenção dos sérvios de se desprenderem de estados estrangeiros, que durante séculos dominaram o seu território, tendo sido maioritariamente marcado pela luta contra o Império Otomano, de acordo com Ristovitch (2014, p. 130).

Posteriormente, deu-se a “criação de uma monarquia unitária e parlamentar jugoslava, que foi incluída, em finais de 1914, na declaração governamental” (Ristovitch, 2014, p. 131) e, embora com a existência de ofensivas alemãs nos anos que se seguiram, nestes territórios, e recuo do governo sérvio, no final da guerra em 1918, foi assinada a declaração da unificação.

Os anos que se seguiram foram marcados por uma grande instabilidade política, em parte, devido ao facto dos diferentes povos, terem ideologias de estado diferentes, resultando na necessidade da implementação de uma ditadura real, por parte do rei Alexandre I o Unificador, seguindo Drapac (2005, pp. 24-25).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Jugoslávia entrou no Pacto Tripartido, mas o governo que assinou o mesmo pacto foi derrubado, sendo que “A reação de Hitler foi ordenar um ataque militar contra a Jugoslávia (e Grécia), em 6 de abril, e sua destruição.” (Ristovitch,

2014, p. 140). Advindo da invasão, surgiram duas forças de resistência, na Sérvia, sendo uma comandada por Iosip Broz Tito e outra pelo Coronel Dragoljub Mihailovitch.

Segundo Ristovitch (2014, pp. 141-142), deram-se vários confrontos, originando uma guerra civil, e conseqüentemente a morte de dezenas de milhares de reféns, por parte da ofensiva das tropas alemãs.

Só em 1944, apoiadas pelas forças soviéticas, são dadas as ações de libertação da Jugoslávia, que terminaram apenas com os meses finais da guerra. Perante os acontecimentos drásticos e baixas civis durante a mesma, assume-se que “Não foi a Grande Guerra, mas a Segunda Guerra Mundial, que foi a guerra dos jugoslavos.”¹ (Drapac, 2005, p. 40).

Os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, foram marcados por uma ditadura comunista liderada por Iosip Tito, na Jugoslávia, longe de perfeita e marcada pela corrupção, onde era vista negativamente, também por permitir que diferentes grupos nacionais, nomeadamente os sérvios e croatas, se aproveitassem de bens históricos, aumentando o seu poder e presença étnica (Macdonald, 2002, pp. 184-185).

Com o falecimento de Iosip Tito em 1980, a Jugoslávia entra num período de crise e de instabilidade, causado por diversos fatores nas diferentes áreas económica, política e social. Cada região tem o seu interesse específico, não procurando uma solução geral nacional, fomentando assim uma fraca direção e um aumento dos grupos separatistas, de acordo com Ristovitch (2014, p. 152-153).

Com o aumento dos partidos políticos nacionalistas em todas as repúblicas da Jugoslávia, mudanças nas próprias constituições e a declaração de independência da Eslovénia, procurou-se um consentimento pacífico, embora falhado. Inevitavelmente, “durante 1991, explodiram confrontos armados com vastas destruições e numerosas vítimas” (Ristovitch, 2014, p. 153), que acabaram por chegar ao estado da BiH.

1.1.2. Guerra da Bósnia e Herzegovina

No contexto de uma Jugoslávia no início da sua extinção, “A Guerra da Bósnia de 1992-5 foi, de longe, a mais violenta das guerras da sucessão jugoslava²” (Walasek, 2020, p. 224), e deu-se numa fase em que tanto a Eslovénia como a Croácia, já tinham a sua independência

¹Traduzido de “*It was not the Great War, but the Second World War, that was the Yugoslavs' war.*”

²Traduzido de “*The 1992–5 Bosnian War was by far the most violent of the Wars of Yugoslav Succession*”

declarada, meses antes, ao passo que as restantes repúblicas constituintes da Jugoslávia caminhavam na mesma direção.

Como aponta Walasek (2020, p. 225), a guerra foi principalmente marcada pela deliberada destruição de património cultural e religioso a um nível nunca visto desde a Segunda Guerra Mundial, na Europa, tendo tais atos sido condenados pela população a nível global. A guerra no país durou cerca de três anos e meio, sendo que “a Bósnia foi o campo de batalha de três grupos étnicos, os muçulmanos bósnios, que representavam 43,7% da população bósnia, os sérvios bósnios, que representavam 31,4%, e os croatas bósnios, com uma força de 17,3%.³” (Paczulla, 2004, p. 256), tendo estes grupos representatividade pelos líderes étnicos que assinaram o Plano Carrington Cutileiro a março de 1992 em Lisboa, na tentativa de se preservarem da guerra, como declara Bildt (2021, pp. 5-6).

Branco (2018, p. 75) afirma que a guerra na BiH perdeu a possibilidade de ser evitada, após o renúncio desse plano, por parte do presidente presente, Alija Izetbegović, o que levou a que “A 7 de abril de 1992, os EUA e a CEE reconheceram a Bósnia-Herzegovina, na sequência de um referendo em que mais de um terço da população não votou e que violava as prescrições constitucionais” (Branco, 2018, pp. 74-75).

Paczulla (2004, p. 258) recorda, que a Europa tinha a intenção de se encarregar do cenário que se estava a desenvolver no Leste, apesar da falta de capacidade da mesma para tal, sendo que, deste modo, “Um dos problemas que os esforços diplomáticos falhados evidenciaram, foi a de que a paz, não podia ser estabelecida sem o pleno envolvimento dos EUA e da Rússia⁴” (Paczulla, 2004, p. 258).

Foram realizadas várias tentativas de terminar a guerra, dando-se a conhecer uma delas, com o Plano de Paz Vance-Owen (PPVO) que não seguiu em frente (Bildt, 2021, p. 8). Mais tarde, com a criação do “Grupo de Contacto dos EUA, Reino Unido, França, Alemanha e Rússia.⁵” (Bildt, 2021, p. 9) a abril de 1994, surgiu outro plano na tentativa das grandes nações apoiarem o término do conflito armado. Este plano tinha o intuito de dividir a BiH em territórios, no entanto foi também negado e resultou no aumento da duração do conflito, como aponta Bildt (2021, p. 10).

³Traduzido de “*Bosnia was the battleground for three ethnic groups, the Bosnian Muslims, 1 comprising 43.7 percent of the Bosnian population, the Bosnian Serbs who represented 31.4 percent, and the Bosnian Croats, with a strength of 17.3 percent.*”

⁴Traduzido de “*One of the problems that the failed diplomatic efforts highlighted was that peace could not be established without full engagement by the US and Russia.*”

⁵Traduzido de “*Contact Group of the US, the UK, France, Germany, and Russia.*”

Segundo Paczulla (2004, p. 260), nos últimos meses de guerra, foram quebradas pelas forças sérvias, medidas estipuladas pela OTAN, situação que posteriormente resultou na captura de reféns pertencentes às forças em missão da Organização das Nações Unidas (ONU), originando uma falha enorme nas ações das mesmas e a necessidade da formação de uma Força de Reação Rápida (FRR).

A certo ponto, as forças da ONU, começaram a duvidar da necessidade da sua missão e se esta estava a ter algum efeito positivo no conflito. Caso as forças da ONU decidissem retirar-se, era necessária uma força da OTAN, que auxiliasse neste processo, dentro do território bósnio (Bildt, 2021, p. 10).

Com múltiplas tentativas, finalmente “Após dias e noites de drama e agitação diplomática, e quase quatro anos de guerra devastadora, o acordo de paz foi assinado à pressa no Hotel Hope da base, em 21 de novembro de 1995.”⁶ (Bildt, 2021, p. 17), conhecido como Acordo de Paz de Dayton (APD), pondo termo à guerra. Segundo Walasek (2020, p. 231), o APD pretendia equilibrar a diversidade étnica e religiosa do recente país, que tinha sido arrasada tanto a nível populacional como a nível do património religioso e cultural das diferentes comunidades.

É recordado por Bildt (2021, p. 32) que, mesmo anos após a guerra terminar, continuaram a ser desenvolvidos projetos de intenção internacional, com o propósito de estabilizar a política do país. A situação política que necessitaria do acompanhamento da comunidade externa durante longos períodos, mas que não o obteve, tornou-se então incapaz, não só pela evolução dessa situação, como também a organização do estado da BiH.

1.2. Organização do Tratado Atlântico Norte

Neste subcapítulo é dado a conhecer o passado histórico da OTAN, desde a sua fundação até às missões na BiH, expondo a evolução da mesma. Em seguida é abordada a necessidade da sua presença na BiH como forma de dar continuidade à organização, o seu papel e o empenhamento nas diferentes abordagens operacionais, focado na composição das forças na IFOR e SFOR e na descrição dos seus objetivos e tarefas específicos das operações na região.

⁶Traduzido de “*After days and nights of diplomatic drama and turmoil, and nearly four years of devastating war, the peace agreement was hurriedly signed in the Hope Hotel of the base on 21 November 1995.*”

1.2.1. Enquadramento Histórico da OTAN

Com o desgaste da Segunda Guerra Mundial e início da guerra fria, surgiu a criação da OTAN, tendo sido assinado a 4 de abril de 1949 o tratado representativo da organização. Seguindo a informação de *North Atlantic Treaty Organization*, (NATO, 2022), a aliança atlântica, foi também um modo de bloquear o crescimento da União Soviética (US) fora das próprias fronteiras, criar bases políticas para a Europa como um todo e também precaver o aumento do militarismo nacionalista, como um problema recentemente ultrapassado. “A Guerra Fria não foi produto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mas sim o fundamento da OTAN⁷” (Westerfield, 1984, p. 360).

Na composição da OTAN existiam diversas razões para cada membro querer pertencer à mesma. Inicialmente era uma salvaguarda para o expansionismo soviético e uma forma de gerar segurança. Relativamente aos Estados Unidos da América (EUA), a sua presença na Europa gerava um maior reconhecimento do país por parte dos distintos estados, tendo em contrapartida a responsabilidade de fornecer proteção e segurança internacional com poderio militar (Hoehn & Harting, 2010, pp. 5-6). O desenvolvimento da OTAN continua a ser apoiado por todos os membros, principalmente pelos EUA, existindo uma intenção constante de adicionar novos países à constituição da organização como dita Frydrych (2008, pp. 30-31).

Durante a última década do século XX, a OTAN envolveu-se de forma mais eficiente com diversos países de todos os continentes, através da realização de conselhos e diálogos com os mesmos. Os membros integrantes destas parcerias, começaram a ver o vínculo com a OTAN como uma necessidade para a melhoria das suas condições de segurança e estabilidade política e económica (NATO, 2022). Em paralelo, Hoehn e Harting (2010, p. 9) afirmam que existiu uma necessidade da organização se mostrar presente e atuar no conflito, que estava a decorrer nos Balcãs, de modo a mostrar-se valiosa e necessária para a Europa, e também a evitar a sua redução ou até mesmo extinção. Deste modo as missões internacionais na BiH mostraram-se de importante estratégia para OTAN.

1.2.2. OTAN na Bósnia e Herzegovina

Desde o início da Guerra da BiH, em 1992, que a OTAN apoia a ONU nas missões de paz, maioritariamente em operações com forças marítimas e aéreas. Nas palavras de

⁷Traduzido de “*The cold war was not the product of the North Atlantic Treaty Organization (NATO), but rather the foundation of NATO*”

Santos (2000, p. 49), foram executadas missões de larga envergadura no Mar Adriático, com intuito de vigiar o espaço aéreo e marítimo, designados como interditos pela ONU. Também dentro do território bósnio, a OTAN forneceu apoio aéreo à *United Nations Protection Force* (UNPROFOR), enquanto estas entravam no terreno, através da dissuasão da artilharia sérvia na capital e do fecho do espaço aéreo a qualquer força não autorizada.

No final da guerra, com a dificuldade de ação das forças da ONU, a OTAN foi autorizada a empenhar, sobre seu total controlo a IFOR, com a capacidade e possibilidade de atuar com todos os meios necessários, para preservar a sua segurança e executar a sua missão de implementar a paz, de acordo com Gowan e Korski (2011, p. 20). A missão foi focada maioritariamente em evitar conflitos e aproximação por parte das diferentes forças da BiH, desligando a sua pressão nos partidos políticos e na possibilidade de estabilizarem a região a longo prazo.

Como aponta Hunt e Lute (2016, p. 9), a guerra prévia às operações da IFOR foi um conflito muito marcado pelos massacres e violações como forma de estratégia psicológica. Em resposta a estes problemas, existiu por parte das forças da OTAN, uma maior consideração e zelo para com a segurança das pessoas da região.

Com o término da missão da IFOR, foi constituída uma nova força, com o objetivo de substituir a anterior na manutenção da paz da região, conhecida como *Stabilization Force* (SFOR), como dita Almeida (2003, p. 190). Esta força foi formada não só para continuar a executar as tarefas da IFOR, mas também para se mostrar presente nas questões humanitárias e civis. Mantiveram-se as operações de desarmamento da população e a ajuda na formação e treino das FAP da BiH, com o intuito de manter a estabilidade nacional e segurança da população.

Segundo Dobbins et al. (2003, pp. 97-98), apenas durante as operações da SFOR foram feitas as primeiras detenções relacionadas com acusações de crimes de guerra, e realizadas ações de desmobilização do espírito nacionalista extremo, através do confisco de determinadas estações de rádio.

Para além da presença dos militares da OTAN na BiH, também existiu uma grande presença política, que ocorreu em ligação com as diferentes organizações mundiais e internacionais, com a atuação e presença de um elemento representante da aliança dentro do sistema, como afirma Dobbins et al. (2013, p. 103).

Nas palavras de Rehs (2005, pp. 59-60), em substituição à SFOR, foi empenhada a *European Union Force* (EUFOR), que contribui para uma evolução do papel da União Europeia (UE), e a atualização e melhoria das suas políticas internacionais, nos Balcãs.

Almeida (2003, p. 193) declara que foi nos Balcãs que se dá uma evolução da OTAN e da tipologia de missões da organização. Ao doutrinarem-se que as guerras civis e os estados não coesos e sem estabilidade são um constrangimento para a segurança internacional, a OTAN organiza-se de modo a possibilitar missões de apoio e estabilização desses estados, contendo o apoio a refugiados e posteriormente ao regresso dos mesmos à sua origem.

1.2.2.1. *Implementation Force*

A autorização para a concretização da IFOR foi dada pelo Conselho de Segurança (CS) da ONU a 15 de dezembro de 1995, sobre alçada do Capítulo VII da Carta da ONU, como declara Banks e Straussman (1999, pp. 202-203), sendo a força constituída por militares de países da OTAN e fora da mesma. A força era constituída por aproximadamente 60.000 militares divididos em três divisões fixadas em diferentes setores da região bósnia, com um mandato de duração de um ano. Sob comando dos EUA estava a Divisão Multinacional Norte (DMN-N), sob comando do Reino Unido a Divisão Multinacional Sudoeste (DMN-SO) e sob comando de França a Divisão Multinacional Sudeste (DMN-SE) (Dobbins et al., 2003, pp. 95-96).

As missões da força, consistiam na vigilância e implementação dos acordos de Dayton, através da divisão bem delimitada de fronteiras entre a Federação da BiH e a República Sérvia e a apoio ao retorno de ambas as partes, às respetivas regiões. Foi também fornecido apoio às organizações humanitárias que atuavam na zona, nomeadamente ações de segurança e patrulhamento às eleições a setembro de 1996 (NATO, 2024).

1.2.2.2. *Stabilization Force*

Os militares da SFOR rendem no terreno a IFOR, dando início à *Joint Guard Operation*, com um mandato inicial estipulado para dezoito meses, e posteriormente aprovado para a continuação da missão na região, segundo Philips (2005, pp. 33-37). Inicialmente a força tinha cerca de 32.000 militares na sua composição, considerado um número baixo, comparado ao efetivo da IFOR, sendo que após o término da *Joint Guard Operation*, e o início da *Joint Forge Operation*, o número do empenhamento reduziu para aproximadamente 18.000 militares, devido à redução por já não se justificar uma presença forte, de acordo com Dobbins et al. (2003, p. 98).

Como aponta Philips (2005, p. 34), as missões da SFOR foram essencialmente focadas no patrulhamento da região, onde continuaram as inspeções a depósitos de

armamentos, vigilância das ações de remoção de minas, para além das ações de sensibilização da população sobre o perigo das mesmas. Continuaram a ser apreendidas munições de *bunkers* não oficiais, e existia uma forte convicção de que as diferentes etnias continuavam à espera da retração das forças da OTAN para retomar a luta pela região. Com o desenvolver da missão, “Para desencorajar os atos aleatórios de violência e vandalismo, as equipas de reação rápida garantiram a segurança das cerimónias públicas e das principais instalações de transporte.”⁸ (Philips, 2005, p. 37).

Com a segurança na BiH estabilizada e a diminuição do perigo de reincidência da guerra, a missão da SFOR termina a 2 de dezembro de 2004, onde é rendida pela EUFOR, que entra na Operação Althea, apoiada inicialmente pela OTAN a nível logístico e de planeamento (NATO, 2024).

1.3. Organização das Nações Unidas

O seguinte subcapítulo, enfatiza a evolução da ONU enquanto organização mundial, descrevendo alguns dos órgãos constituintes da mesma e retratando a evolução das suas missões, no âmbito da paz e segurança internacional. Subsequentemente são descritas as diferentes formas de atuação da organização na região da BiH antes, durante e após os conflitos armados no território.

1.3.1. Enquadramento Histórico da ONU

Segundo Trent e Schnurr (2018, pp. 34-35), a fundação da ONU deu-se na Conferência de São Francisco, a 24 de outubro de 1945, com a participação de cinquenta e um países. Embora inicialmente incompleta, esta contém na sua estrutura parlamentar diversos órgãos e conselhos, cada um com funções próprias designadas.

Dentro dos mais importantes, destacam-se o CS, a Assembleia Geral (AG), o Conselho Económico e Social (CES) e o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ). O CS tem na sua constituição cinco membros permanentes com poder de veto e dez membros alteráveis de dois em dois anos (Trent & Schnurr, 2018, pp. 35-36).

Segundo Trent e Schnurr (2018, pp. 37-41), a AG da ONU é o órgão onde são executados os debates gerais de maior importância, na qual participa um representante de cada um dos cento e noventa e três Estados Membros da organização. O presidente da AG é

⁸Traduzido de “*To discourage the random acts of violence and vandalism, quick-reaction teams provided security for public ceremonies and major transportation facilities.*”

nomeado anualmente, juntamente com os chefes de comissões e vinte e um vice-presidentes, não dependentes, do país a que pertencem. A assembleia tem também a capacidade de integrar a realização de tratados internacionais, controlado e supervisionado por um secretariado.

O CES tem o seu poder nas situações económicas sociais e ambientais ao nível internacional, tendo a capacidade de aprofundar e formar investigações dentro destas áreas, incluindo assuntos culturais, de educação e saúde, servindo de ligação entre a ONU e as Organizações Não Governamentais (ONG's) (Trent & Schnurr, 2018, pp. 41-43).

Como predominante órgão judicial da ONU, o TIJ tem a capacidade de tratar de discussões dentro do contexto da organização, e resolver questões jurídicas colocadas com membros e órgãos da mesma. É no TIJ, que as ideias relacionadas com o direito internacional, são passadas para a AG e por sua vez integradas em convenções, muitas destas com centenas de artigos e aceites por grande parte dos membros da ONU. Consoante os casos específicos de conflitos internacionais ou nacionais, onde participam agentes externos, são criados outros tribunais, que cessam funções após a resolução de todos os casos relacionados com os conflitos (Trent & Schnurr, 2018, pp. 43-45).

Em antecedência à ONU, existiram outras organizações com o intuito de promover a paz internacional, remetendo para o Concerto da Europa (CE), posteriormente a Liga das Nações (LN), formada após a Primeira Guerra Mundial. Como aponta White (2019, pp. 281-282), a formação da ONU advém de grandes conflitos internacionais, como necessidade de garantir a segurança e o apoio a nações, vítimas de conflitos e invasões, tal como se verificou com a formação do CE e LN.

Segundo Nadin (2019, p. 12), a ONU foi formada com objetivos fixos, tendo-se comprometido a assegurar a segurança internacional, através do foco na paz entre as nações, para além da resolução de adversidades no âmbito da economia, da cultura e sociedade, pelo meio do desenvolvimento de novas ideias no combate contra as transformações climáticas e catástrofes naturais.

Em antecedência à guerra na Bih, foi apresentado em 1992 um relatório sobre o aumento da abrangência das operações e aumento da tipologia das mesmas, de modo a se adequarem mais especificamente a determinados acontecimentos. Estas missões dividiam-se em diplomacia preventiva, restabelecimento da paz, manutenção da paz, e consolidação da paz. (Kiani, 2004, pp. 185-186).

A diplomacia preventiva, rege-se pela intenção de evitar o início de conflitos, através da observação das situações políticas em questão e, se necessário, na intervenção e imposição de

medidas preventivas. As operações de restabelecimento da paz, são executadas com a intenção de, através de acordos e negociações por meios pacíficos sem o recurso à força, pôr término aos conflitos existentes. Relativamente às operações de manutenção de paz, estas são executadas através do envio de forças militares, policcias ou apenas civis, para as regiões em causa, de forma a prevenir o ressurgimento de um novo conflito. Por último, as ações de consolidação de paz, constituem um reforçar das estruturas policcias, judiciais e penais da nação e numa assistência preventiva à normalização da comunidade (Kiani, 2004, pp. 186-187).

Nos finais do século XX, com o insucesso de missões e a falta de capacidade de manter a paz em todas as regiões, a organização entra numa crise, onde durante anos foi substituída ou apoiada por outras organizações no âmbito da segurança internacional, afirma Briscoe et al. (2015, p. 39). Apesar da ONU sofrer constantes críticas, o papel da instituição continua a ser visivelmente importante a nível global, sendo de realçar, que “Os fracassos ganham a atenção dos media, ao passo que os sucessos são largamente ignorados.”⁹ (Nadin, 2019, p. 13), continuando a existir a necessidade de adaptação aos problemas da atualidade.

1.3.2. ONU na Bósnia e Herzegovina

Com o prévio aumento das capacidades e da possibilidade doutrinária de empenhamento da ONU nas missões de apoio à paz, através do relatório do Secretário-Geral da organização e das diversas conclusões das novas resoluções do CS, o papel da mesma na BiH abrange diversas áreas e necessidades, segundo Ahmad (1998, p. 37). Os esforços da ONU foram, primeiramente o desenvolvimento das resoluções do CS quanto ao conflito, o empenhamento da UNPROFOR na região, a procura e intenção de uma resolução política do conflito, a ajuda humanitária à população que sofreu com o conflito e se refugiou, para além análise de crimes contra os direitos humanos e aplicação de sanções económicas e punição da Jugoslávia (Ahmad, 1998, p. 37).

Nas palavras de Hillen (1995, pp. 3-4), a atuação da ONU na região foi aproveitada por parte das diferentes fações em guerra, através dos pedidos de recursos necessários, sendo impossível um controlo total de quem recebe os mantimentos, aumentando a capacidade das diferentes forças guerrilheiras. Com a evolução do conflito, a maio de 1994 estiveram empenhadas “mais de 33.000 tropas militares da ONU, 600 observadores militares da ONU,

⁹Traduzido de “*The failures gain media attention, while successes are largely ignored.*”

3.000 administradores civis e funcionários da ONU e centenas de organizações humanitárias.¹⁰” (Hillen, 1995, p. 3).

Para além dos esforços na área das missões dos pacificadores, foram realizadas tentativas de alcançar a paz através da política, pela ONU e pela UE, inicialmente com PPVO e o Plano Owen Stoltenberg, ambos fracassados, e finalmente com o APD (Ahmad, 1998, pp. 40-41).

Noutro âmbito, de modo a combater as profanações dos direitos humanos, nas quais as estratégias de guerra se regeram, a agência da ONU, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), procurou introduzir na organização a preocupação por essas questões. Segundo Ahmad (1998, pp. 42-44), verificou-se um reforço das capacidades da UNPROFOR, foram elaborados relatórios e realizados estudos nessa área, e sendo posteriormente gerado o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ), a fevereiro de 1993, pelo CS, com a intenção de condenar os atores das atrocidades cometidas durante a guerra.

Após o APD e o fim do conflito, a ONU continuou presente e com um papel fundamental na manutenção de paz e estabilização da região, através do ACNUR que se responsabilizou pelo apoio aos refugiados e tentativa de retorno dos mesmos, pelo meio da restauração das condições sanitárias e energéticas e da desminagem parcial da região, como referem Paul et al. (2014, p. 74).

A missão da UNPROFOR terminou no final de dezembro de 1995, com a substituição da força pela IFOR da OTAN, tendo sido considerada uma retirada vergonhosa e reconhecida como um insucesso pela comunidade internacional (Ahmad, 1998, pp. 39-40).

1.4. Portugal na Bósnia e Herzegovina

No presente subcapítulo são abordados, numa primeira fase, os motivos e interesses nacionais, referentes à participação de Portugal nas diferentes missões na BiH. Em seguida, estuda-se o contexto no qual o Exército Português se enquadra durante o seu envolvimento no TO, inicialmente direcionado para a estrutura da IFOR, desde o seu comando até aos baixos escalões, para além do efetivo empenhado nos diferentes contextos da missão, e posteriormente elaborada a mesma análise quanto à SFOR. Referencia-se também o equipamento e material empregue na IFOR e as atualizações dos meios e equipamentos após

¹⁰Traduzido de “*over 33,000 UN military troops, 600 UN military observers, 3,000 UN civilian administrators and staff, and hundreds of humanitarian organizations.*”

o término da mesma e o início da SFOR. Numa última fase, é feita uma alusão às dificuldades sentidas antes e durante o empenhamento das forças, balanceadas com as aprendizagens retiradas da experiência nacional.

1.4.1. Contexto Político da Participação de Portugal nas Operações na BiH

Com a reafirmação dos interesses nacionais da África e da OTAN para a Europa, Portugal, veio a dar início a uma nova estratégia geopolítica nacional, com a integração na presidência das Comunidades Europeias (CE) de 1992. Gomes (2000, pp. 53-54) afirma, que esta integração teve como consequência o empenhamento português na região dos Balcãs, a nível político e militar. Em paralelo com a autoridade do Embaixador João Salgueiro, na Missão de Monitores das CE (MMCE), esteve o conflito na Croácia, juntamente com o início e escalar dos conflitos étnicos na BiH, dando início à primeira operação de restabelecimento de paz da ONU, na Europa.

A situação diplomática portuguesa sofrera com as guerras coloniais, tendo sido posteriormente dado um primeiro passo em direção às CE e criado uma ligação desde 1985 com a adesão do país. Com a presença recente, a presidência de 1992, foi vista como um desafio, sendo a situação na Jugoslávia e posteriormente na BiH a maior perturbação na Europa, desde a Segunda Guerra Mundial (Cutileiro, 2000, pp. 63-65).

Segundo Teixeira (2009, p. 110), a segurança nacional só é possível com a segurança internacional e com a visão global da cooperação entre países nas organizações, existindo uma responsabilidade geral para atingir essa segurança. Com esta necessidade surgiu uma progressão estratégica conjunta, por parte da OTAN, com vista a promover as capacidades de lidar com as novas situações de insegurança, através da atualização das capacidades expedicionárias dos constituintes da organização.

Previamente ao envio de forças para os Balcãs, Portugal encontrava-se sobre a alçada do XII Governo constitucional, entre 1991 e 1995, o qual se comprometera a participar com forças militares no TO da antiga Jugoslávia, embora com uma fraca intenção de um empenhamento efetivo. Foi apenas no mandato do XIII Governo Constitucional, que seria realizado o envio de tropas para a região, com uma concordância conjunta por parte do novo governo, apesar da existência de diversos riscos e falta de experiência no assunto (Machado 2021, pp. 162-163).

São diversos fatores, que levam Portugal, a fazer parte presentemente no processo da segurança e defesa internacional com a participação em missões de paz, atendendo a que é

um país democrático, com uma forte defesa dos direitos humanos e uma preocupação constante pelos aspetos de segurança e bem-estar da população. Relativamente ao passado, manteve sempre boas relações internacionais não só dentro da Europa, mas também com outros países de língua oficial ou derivada do português (Teixeira, 2009, p. 112).

Deste modo, é de interesse da nação, que Portugal participe nas missões internacionais, por estas levarem à segurança nacional, para além de ser um compromisso e obrigação para com as organizações internacionais nas quais o país está inserido, desde a OTAN, UE e a ONU, e ter o devido reconhecimento relativamente à política internacional.

Dentro deste compromisso, o país acaba também por fortalecer as ligações com as organizações que apoiam a segurança nacional, por criar uma visão para o exterior de um país presente e consciente das questões internacionais, e por permitir uma atualização e evolução da dinâmica e coordenação das FAP em ambiente interno e externo (Teixeira, 2009, pp. 117-118).

Defendido também por Sousa (2011, pp. 289-290), os riscos da participação nas operações de paz, são eventualmente justificados pelo interesse político nacional e pela possibilidade de reconhecimento internacional. Torna também visível a evolução das forças militares portuguesas, através da aproximação e melhoria das relações com as forças de outros países e aprendizagens obtidas externamente com essas relações e troca de conhecimentos. O autor afirma ainda que, na sequência do reconhecimento externo e da integração do país nessas missões, Portugal obteve benefícios e auxílio internacionais (Sousa, 2011, pp. 289-290).

A integração das forças militares portuguesas em missões no âmbito da paz, promove a uma maior aceitação por parte da sociedade, dando a conhecer de forma mais aprofundada, as capacidades dos militares e da importância para a defesa nacional e as relações políticas externas. Retira a visão dos portugueses, de que o Exército tem como único propósito a guerra, e demonstra a vertente humanitária pacífica das forças, com as ligações nos diferentes contextos operacionais (Sousa, 2011, pp. 293-294).

Segundo Branco (2023, pp. 350-351), anteriormente às decisões no âmbito do empenhamento militar em ambiente internacional de paz, é feito um estudo a nível político sobre o modo como essas ações podem beneficiar o país. Relativamente à ONU, com a integração de Portugal nos CS, existe uma tangível possibilidade de se mostrar presente, mesmo sendo um país de dimensões reduzidas, e deste modo conseguir melhorar a situação económica e beneficiar determinadas empresas (Branco, 2023, pp. 350-351).

Comparativamente a outras organizações, existe um maior apoio financeiro e de responsabilidades por parte da ONU, no entanto, é obtido muito mais proveito para o país, nas missões inseridas na OTAN, através da conquista de uma maior flexibilidade política e importância dentro da organização, todavia, existiu uma inclinação pouco cuidada para a participação nas missões, perdendo-se um pouco a noção do poderio militar possuído e o foco de atuação ser maioritariamente de correspondência às expectativas externas (Branco, 2023, pp. 351-361).

A utilização das FAP em operações internacionais no âmbito do estabelecimento e da manutenção da paz, está prevista desde a elaboração do Conceito Estratégico da Defesa Nacional de 1994, com vista a melhorar a posição de Portugal dentro da comunidade europeia, como menciona Lopes (2022, pp. 12-13). A visibilidade internacional de Portugal e do exército, o estudo e aquisição do conhecimento militar estrangeiro, o assumo das responsabilidades para com a Europa e as organizações internacionais e apoio obtido, resultante do mesmo, integram os objetivos estratégicos e políticos portugueses (Sousa, 2011, pp. 289-290).

1.4.2. Enquadramento e Composição das Forças

A participação das Forças Armadas Portuguesas (FAP) no âmbito das missões de paz, estão legitimadas a nível internacional pela Carta das Nações Unidas (CNU) e desde 1976 pela Constituição da República Portuguesa (CRP), assim como em diferentes revisões constitucionais, leis e resoluções do Estado Português, declara Sousa (2011, pp. 281-282). As operações de paz, tornam-se uma responsabilidade assumida desde a quarta revisão constitucional em 1997, sendo importante a existência de uma projeção internacional na alçada das diferentes organizações, ONU, OTAN e UE, através de uma integração portuguesa nas missões desta natureza.

Na missão da IFOR entre janeiro e dezembro de 1996, as forças portuguesas estiveram integradas na BMN Sarajevo-Norte (BMN-SN) de comando italiano, que por sua vez estava inserida na DMN-SE de comando francês, em paralelo com mais duas brigadas francesas e uma brigada espanhola, como refere Machado (2021, pp. 164-165). Machado (1997, p. 84) aponta que, dentro das forças portuguesas, integravam na BMN-SN o 2º Batalhão de Infantaria Aerotransportado (BIAT), posteriormente rendido pelo 3BIAT e o Destacamento de Apoio de Serviços (DAS), ambos oriundos da Brigada Aerotransportada

Independente (BAI), para além do Destacamento de Ligação (DL), com os efetivos e datas de início e fim de missão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Cronograma Heráldico da Missão da IFOR/OTAN na BiH

MISSÃO	TIPO	EFETIVOS				INÍCIO	FIM
		O	S	P	Total		
IFOR	COMLANDCENT (Sarajevo)	4	3	2	9	16/jan/96	20/dez/96
	Dest Lig QG Brit It	7	3	11	21	05/jan/96	20/dez/96
	2BIAT/BAI/IFOR	30	105	543	678	29/jan/96	12/ago/96
	DAS/BAI/IFOR	13	29	175	217	16/jan/96	23/abr/96
						23/abr/96	12/ago/96
	3BIAT/BAI/IFOR	33	109	588	730	12/ago/96	20/dez/96
	Total	87	249	1319	1655		

Fonte: Adaptado de Calmeiro e Magro, 2005, p. 35

Integrado no DAS estavam, o “Destacamento de Pessoal, Destacamento de Logística, Destacamento de Comunicações, Destacamento de Reabastecimento e Transporte, Destacamento Sanitário e Destacamento de Manutenção.” (Machado, 2021, p. 166). O 2BIAT era composto por “3 companhias de atiradores, 1 companhia de apoio de combate e 1 companhia de comando e serviços.” (Machado, 2021, p. 166).

De acordo com Brito et al (1997, pp. 51-52), o 2BIAT durante a fase inicial do primeiro destacamento, dividiu-se pelas cidades de Rogatica, Kukavice, Gorazde, Vitkovici e Ustipraca. Em Rogatica encontra-se o Estado-Maior do Batalhão e uma Companhia de Comando e Serviços (CCS), reforçada com um Pelotão de Atiradores (PelAt) e um Destacamento de Transmissões. Em Kukavice, estava um Sub-Agrupamento composto por uma Companhia de Atiradores (CAAt), integrando Pelotões de Morteiros Médios, Reconhecimento, Secção de Vigilância do Campo de Batalha e um Destacamento de Engenharia. No encalço de Gorazde e Vitkovici, localizava-se um outro Sub-Agrupamento composto por uma CAAt, um Pelotão de Apoio e uma Secção Anti-Carro. Na região de Ustipraca, situava-se o último Sub-Agrupamento constituído por uma CAAt, um Pelotão de Apoio e o Pelotão Anti-Carro.

Com o término da IFOR, o 3BIAT manteve-se no Teatro de Operações (TO) desta vez inserido na SFOR integrado na mesma divisão e brigada, existindo apenas uma redução do efetivo, de acordo com Rocha (2000, pp. 86-87). Até à cessação da SFOR, a força portuguesa, empenhou diversas unidades de escalão batalhão, compostas apenas por uma

CCS e duas CAat, As diferentes projeções encontram-se expostas no Quadro 2, juntamente com os efetivos e datas de início e fim das mesmas.

Quadro 2 - Cronograma Heráldico da Missão da SFOR/OTAN na BiH

MISSÃO	TIPO	EFETIVOS				INÍCIO	FIM
		O	S	P	Total		
SFOR	COMLANDCENT/QG/SFOR	45	8	0	53	20/dez/96	02dec04
	MultiSignalUnit/Group	0	28	13	41	20/dez/96	02dec04
	Dest Lig QG Brit It	5	0	0	5	20/dez/96	01/jan/99
	QG BrigIt	3	0	0	3	01/out/98	30/abr/00
	QG MDN SE	1	1	0	2	01/out/98	02/fev/99
	EQOE	2	6	14	22	09/jan/97	17/mar/97
	3BIAT/BAI/SFOR	23	63	224	310	20/dez/96	10/fev/97
	1BIMoto/BMI/SFOR	29	63	244	336	10/fev/97	30/jul/97
	2BIMoto/BMI/SFOR	30	63	230	323	30/jul/97	14/jan/98
	1BIAT/BAI/SFOR	36	68	245	349	14/jan/98	15/jul/98
	AgrAlfa/BLI/SFOR	34	67	223	324	15/jul/98	12/jan/99
	3BIMoto/BMI/SFOR	32	69	225	326	12/jan/99	10/jul/99
	2BIPara/BAI/SFOR	30	65	233	328	10/jul/99	31/jan/00
	AgrConjAlfa/BLI/SFOR	22	47	138	207	31/jan/00	29/jul/00
	2BIMec/BMI/SFOR	30	68	226	324	29/jul/00	28/jan/01
	AgrEcho/BMI/SFOR	30	72	214	316	28/jan/01	29/jul/01
	1BIPara/BAI/SFOR	30	62	259	351	29/jul/01	29/jan/02
	2BIMec/BMI/SFOR	29	58	236	323	29/jan/02	30/jul/02
	2BI/BLI/SFOR	29	58	236	323	30/jul/02	30/jan/03
	MNBG	23	9	3	35	01/mai/03	05/jan/04
	1BIPara/BAI/SFOR	25	57	195	277	30/jan/03	30/jul/03
	AgrGolf/BMI/SFOR	26	57	192	275	30/jul/03	24/jan/04
	3BIPara/BAI/SFOR	26	57	193	276	24/jan/04	23/jul/04
	2BIMec/BMI/SFOR	26	57	192	275	23/jul/04	02dec04
NHQSa (Sarajevo)	0	4	0	4	02dec04	04/out/05	
Total	566	1107	3735	5408			

Fonte: Adaptado de Calmeiro e Magro, 2005, p. 45

Até janeiro de 2000 a tipologia e estrutura das forças em missão mantiveram-se, data onde se deu início a uma nova missão, através da constituição da Reserva Operacional Terrestre do Comando da SFOR (COMSFOR), originando o Agrupamento Conjunto ALFA (AgrConjALFA) da Brigada Ligeira de Intervenção (BLI), como apontam Campos et al. (2021, pp. 636-651). Esta força continha uma CCS, uma CAat, e uma Companhia de Fuzileiros e teve a sua conclusão a 29 de julho de 2000, onde foi rendida pelo 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado (BIMec). As forças portuguesas, mantiveram-se integradas na

SFOR até ao fim da mesma e transferida a autoridade para a UE, a 2 de dezembro de 2004, afirmam Calmeiro e Magro (2005, p. 46).

1.4.3. Meios, Capacidades e Equipamentos

De acordo com Rocha (2000, p. 82), perto de 200 viaturas nas quais 25 são blindadas, 117 atrelados e 163 contentores foram enviadas por via marítima para a BiH, no entanto segundo Brito et al. (1997, p. 46), transportados por meios náuticos foram 208 viaturas, 83 atrelados e 128 contentores. Relativamente aos meios que equiparam a força inicial no TO, estes podem verificar-se no Quadro 3.

Quadro 3 - Quantitativo de Meios da Missão da IFOR

VIATURAS		ARMAMENTO	
Auto Macas Rodas Todo Terreno	5	Espingarda Automática C/Bipé	54
Auto Tática Ligeira	40	Espingarda Aut C/Coronha Retrátil	894
Auto Porta Lança Míssies	6	Metralhadora Ligeira	35
Auto Porta Munições	6	Pistola	92
Auto Tática Média	59	Metralhadora Pesada	51
Auto Tática Pesada	44	Lança Granadas Aut	4
Auto Reabastecimento Classe IX	1	Morteiro Médio	5
Auto Oficina	2	Morteiro Médio Cano Longo	6
Auto Porta Cabine Transmissões	4	Sistema Míssil Anti-Carro Médio	6
Auto Porta Cabine Posto Comando	2	Morteiro 60mm <i>Long Range</i>	12
Auto Tanque Combustível	2	Canhão S/Recuo CARL GUSTAF	20
Auto Tanque Água	2		
Auto Tanque Socorro	2		
Camião Trator	1		
Viatura Blindada Transporte Pessoal 12,7mm	20		
Viatura Blindada Porta Morteiros 81mm	5		
Total	201		

Fonte: Adaptado de Brito et al., 1997, pp. 32-33

Na IFOR, a nível do equipamento individual, a força tinha à sua disposição “sacos de cama para climas frios, meias *gore-tex*, polainas *gore-tex*, luvas, gorros, kits de primeiros-socorros individuais” (Machado, 2021, p. 193), para além de calças e casaco de abafo *gore-tex* e um novo capacete balístico. Foi também adquirido equipamento de desminagem e relativamente a material logístico, foram utilizadas tendas insufláveis, cozinhas de campanha, depósitos de água e de combustíveis, casas de banho e latrinas de campanha. Segundo Machado (2021, pp. 193-194), só posteriormente durante a missão, é que foram

fornecidas calças e casacos mais adequados para as temperaturas no TO, tal como placas balísticas blindadas para 17 viaturas Iveco 40.10.

Só após a IFOR, com os relatórios e a necessidade visível de uma melhoria dos equipamentos para as forças em missão, foram adquiridos para a SFOR, *camelbaks*, coldres e porta carregadores para pistola, botas *gore-tex*, bandoleiras mais táticas para a espingarda, óculos de proteção e para os condutores, novas facas e canivetes, sacos para os capacetes e mochilas novas mais adequadas (Machado, 2021, pp. 194-195).

1.4.4. Dificuldades Encontradas

Com a nova tipologia de missões enquadradas na OTAN, o empenhamento da organização na BiH em 1995, constituiu uma verdadeira experimentação a nível político e militar, proporcionando um desafio para o qual não existia conhecimento prévio. Portugal, nesta missão, viu-se a caminho de um cenário europeu, situação que não vivenciava desde a Primeira Guerra Mundial, tendo deliberadamente tornado a sua intenção de participação, numa decisão exigente e severa, onde eram esperadas diversas dificuldades no seu percurso (Vitorino, 2000, pp. 27-29).

Mencionando as dificuldades encontradas, numa fase antecedente à missão, Rocha (2000, p. 73) afirma que, no início da década de 90, se deu o começo de uma reestruturação profunda da instituição militar, que originou uma grande redução dos efetivos dos quadros permanentes e, por consequência, numa necessidade de nova adaptação à dinâmica de trabalho do Exército. Machado (2021, p. 169) acrescenta ainda que essa reestruturação do Exército era a maior desde 1975.

Durante a preparação das forças para missão, o Governo encontrava-se em transição, e aprontavam-se em simultâneo outras forças do Exército para TO em África, para além de já se encontrarem militares em operações de outras tipologias, causando uma dificuldade enorme, no balanceamento das necessidades de cada cenário. Encontravam-se também em fase de reconstrução as principais unidades terrestres, nomeadamente a BAI e a BMI, numa fase muito próxima à missão (Rocha, 2000, p. 73).

Machado (2021, p. 161) declara que, os apoios de serviço integrados nas forças que se encontravam em treino para a missão, ainda se apresentavam pouco desenvolvidos. Identificaram-se faltas nos efetivos militares a nível do cabimento orgânico, tal como nos materiais de campanha e nos equipamentos militares, nomeadamente viaturas, armamento e de engenharia.

Com a mudança do XII Governo Constitucional para o XIII, a dois meses da partida para a missão, e a antecedente incerteza da participação ou não da mesma, só no final de outubro é que o Exército recebe a confirmação e a necessidade de, num curto período de tempo, preparar todo o material e contingentes para a saída do país, causando uma enorme dificuldade e necessidade de um esforço coletivo intenso, para que tal aconteça dentro dos prazos expectáveis (Machado, 2021, p. 170).

Após a entrada no TO, durante o período de empenhamento na IFOR, os militares tinham numa primeira instância, uma dificuldade de comunicação entre o TO e os seus familiares em Portugal sendo que, em algumas localizações só passado meses, se procedeu à instalação de meios de comunicação nos quartéis. Também numa fase inicial da missão, existiram constrangimentos quanto à possibilidade de lavagem dos uniformes utilizados e da reposição das tiras de adaptação para os capacetes que começaram a ficar danificados e a quebrar (Machado, 1997, pp. 92-95).

Segundo Brito et al. (1997, p. 42), chegado à área de operações, foi necessário preparar edifícios para a instalação das forças, numa zona completamente destruída, com baixa disponibilidade de materiais para apoiar essa preparação, sem condições elétricas, sanitárias e redes de água. Os militares passaram também por inúmeras dificuldades associadas às condições meteorológicas adversas, devido às temperaturas negativas típicas da região.

O autor menciona que existiram contratempos quanto à capacidade de transporte dos contentores com materiais militares, não tendo as forças portuguesas nem a BMN-SN capacidades para tal (Brito et al., 1997, pp. 42-47). Machado (2021, pp. 175-176) pormenoriza que, com 128 contentores portugueses com todo o material essencial para as operações e mais de 400 italianos, Portugal não possuía nenhum porta contentores, e as forças italianas tinham à sua disposição apenas cinco, estando alguns inoperacionais, demonstrando a falta de capacidades nacionais militares. Vitorino (2000, p. 34) afirma que, inicialmente, também se sentiu uma fraca presença da componente logística nacional, quanto à alimentação.

Sendo esta a primeira missão em que Portugal participara, neste âmbito, os militares portugueses, não possuíam um grau de experiência elevada no que toca à utilização de determinados equipamentos, no contexto meteorológico da região, e existia uma falta de preparação doutrinária quanto à tipologia de missões em causa, estando em falta um desenvolvimento aprofundado sobre as regras de empenhamento, importantes para o desempenho nas forças no TO (Vitorino, 2000, p. 34).

Como aponta Machado (2021, p. 174), o batalhão passou por enormes constrangimentos na sua instalação inicial nas cidades, ficando à sua própria responsabilidade, devido à situação de decadência dos edifícios, onde a maioria se encontrava em ruínas sem eletricidade nem reservas de água, em pleno inverno, sem materiais para a reconstrução e sem capacidades específicas para a recuperação e preparação de uma zona minimamente preparada e adaptada, tudo isto agravado pelo facto de se estar em pleno inverno.

Foram registadas ainda situações de desentendimento com a força francesa, que recusou a incorporação do DL no seu quartel general em Sarajevo, sendo necessária uma nova adaptação por parte dos militares do DL, e a criação apressada de um comando mais autónomo português na capital, localizada na BMN-SN (Machado, 2021, pp. 174-175).

Diversos fatores conjugados, tornaram o início da missão, um objetivo com enormes adversidades. Afirmado por Machado (2021, p. 177), as falhas nos equipamentos das forças a destruição geral da área de operações, a severidade do clima na região e a falta de meios específicos para este cenário, dificultavam a prontidão para a execução de missões na região no início de fevereiro. Vitorino (2000, p. 34), sintetiza a ideia de que era crucial o país ter uma capacidade de abastecimento própria e independente, focada nas capacidades de transporte das forças para o TO e do fornecimento de alimentação às forças. Esta lacuna foi notada com as dificuldades passadas e vivenciadas nestes setores.

Verificou-se também a falta de experiência dos militares, no manuseio de determinados equipamentos no contexto meteorológico da região, assim como o desprovimento doutrinário, relacionado com a questão das regras de empenhamento necessárias no contexto operacional das missões de paz (Vitorino, 2000, p. 34).

Quanto ao material e equipamento individual e coletivo, existiram diversos constrangimentos que dificultaram as missões, alguns durante uma fase inicial até serem implementadas mudanças, e outros durante toda a permanência das missões na BiH. A viatura Chaimite utilizada, era consideradas inadequadas para qualquer tipologia de missões, principalmente para os climas nos Balcãs, como refere Machado (2021, pp. 191-192). O mesmo apresentava problemas quanto às transmissões, nos travões, com falta de conforto e capacidade de acomodação para o frio. Com temperaturas tão diferentes, das habituais para os portugueses, o fardamento individual do combatente, complementado pelos sacos de cama, luvas, meias e gorros, não tinham as condições necessárias para proporcionar o conforto mínimo aos militares. (Machado, 2021, p. 193).

No âmbito da comunicação social, de acordo com Pereira (2005), durante a primeira fase da IFOR em 1996, o TO foi alvo de comentários de jornalistas, o que provocou uma enorme pressão mediática nas operações. Advindo desse fator, era notória uma grande dificuldade de coordenação, o que transtornava a capacidade de balanceamento das preocupações da vertente operacional, para a atenção à comunicação e aos media.

Durante a fase inicial, o DL não tinha capacidade de seguir presencialmente as ações das forças portuguesas, sendo estas executadas de uma forma menos rigorosa e sem grandes detalhes. A necessidade e vontade, por parte dos jornalistas presentes no TO, em acentuar a competição entre agências dos media, fez-se notar num aumento da pressão das mesmas, para com os militares em missão, e na publicação de informações não fidedignas, nas notícias nacionais acompanhadas pela população portuguesa (Machado, 2021, pp. 184-185).

1.4.5. Aprendizagens, para o Exército, Portugal e Organizações Internacionais

Com as operações na BiH e a forma como as capacidades militares foram empregues e agiram no terreno às adversidades, tornou possível a realização de uma análise das potenciais melhorias a implementar posteriormente, tanto internacionalmente a nível da OTAN como de cada país individualmente. Com a possibilidade do aparecimento de situações imprevistas e de diversas necessidades de atuação, tal como a proteção de civis em situações debaixo de fogo, ou o escalar de uma ação no âmbito da manutenção da paz, constatou-se a inevitabilidade de tornar as forças militares mais adaptáveis às situações. Para operar no terreno, seria necessário capacitar as forças de meios e aptidões, com prontidão para atuar em múltiplas ocasiões distintas e por períodos de tempo alongados, através de um forte apoio logístico (Solana, 2000, pp. 19-20).

Quanto à segurança internacional, principalmente na Europa, as organizações e os países inseridos nas mesmas, tiveram a capacidade de se aperceberem que destabilizações pontuais e confrontos internos, são um fator de ameaça para a paz internacional. Esta instabilidade existente também em países afastados das regiões em causa, deve-se maioritariamente aos constrangimentos das quebras dos direitos humanos e situações dos refugiados, de acordo com (Solana, 2000, pp. 19-21).

Estes acontecimentos, tornaram visíveis a necessidade cada vez maior de se constituir uma parceria, não só entre países, como também organizações internacionais, que vieram a demonstrar, ser de grande aplicabilidade para as operações no âmbito da paz, como afirma Solana (2000, pp. 19-21). É também mencionado pelo autor, que a cooperação com a Rússia,

tem um papel fundamental na resposta às adversidades e torna mais maleável e segura a resolução das mesmas.

De acordo com Cutileiro (2000, pp. 68-69), em situações de crises regionais que repercutem internacionalmente, deve existir uma divisão mais visível das responsabilidades entre a OTAN e a EU. É acentuado pelo autor, que a ligação entre as organizações carece de uma comunicação e cooperação mais acentuada e rápida, principalmente no que toca à interajuda política.

Outro conhecimento que se pode retirar das missões na BiH, é a importância de entrelaçar o empenhamento militar e a utilização da força e persuasão, com a capacidade de implementação de uma base política firme, para a reconstrução das leis e estabilidade nas regiões. Esta colaboração, firma-se entre diferentes organizações focadas no âmbito militar e outras no âmbito civil. A Europa, enquanto continente e enquanto organização internacional, aprendeu, que deve ter um olhar mais preocupado com a estabilização de paz no território internacional, sem necessariamente depender diretamente das grandes potências e de organizações globais, como referem os autores Solana (2000, pp. 21-22) e Vitorino (2000, pp. 30-31).

Previamente aos APD, concluiu-se que em determinados contextos, a utilização de meios aéreos e a ação resoluta, pode-se tornar eficaz para a conquista da paz, como foi o caso da BiH. Ao contrário do expectável, as relações com a Rússia não pioraram com o empenhamento da OTAN na região, mas sim tornaram-se visíveis com o empenhamento do país nas forças da SFOR, mostrando melhorias nessa relação, de acordo com Solana (2000, p. 22). Contrariamente ao que era esperado, as ações na BiH tiveram o devido efeito, e afirmou-se como um conjunto de operações eficazes.

Com a inauguração das missões deste tipo, assimilou-se o dever de analisar e dividir as diferentes missões futuras. Deste modo, torna-se possível estabelecer prioridades e controlar as capacidades de atuação do país, de acordo com a estrutura e divisão do Exército e das diferentes FAP, nunca descorando a missão principal dos militares; a defesa do território nacional (Rocha, 2000, p. 90).

O mesmo autor, refere que, decorrente das missões da BiH, adquiriram-se outras aprendizagens. Inicialmente a importância da atualização da estrutura do Exército, maioritariamente ao nível operacional, e do incremento e modernização do equipamento militar, com foco no mesmo utilizado no TO. Rocha (2000, pp. 91-92), afirma ainda, que todos os ramos das FAP têm a responsabilidade de manter capacidades militares prontas para a atuação em contexto externo, com a devida doutrina implementada e apropriada às

missões, e com a devida autossuficiência logística. O último ponto focado na projeção para o TO, a nível aéreo e marítimo.

Como aponta Vitorino (2000, pp. 34-35), com a missão, constatou-se a falta de adequação dos procedimentos de comando, nos altos escalões do Exército e das restantes FAP futuramente empenhadas nas operações. É fundamental o estudo e aprofundamento do encargo, do comando operacional e das forças que o constituem, a nível legal nacional, necessário para a preparação atempada ao cenário operacional evitando o perigo que advém destas missões.

Surgindo da missão, verificou-se a importância e necessidade de uma transformação na estrutura das FAP, relativamente às responsabilidades de cada um dos setores ligados à segurança nacional, com o intuito de melhorar a capacidade de atuar em operações conjuntas entre os diferentes ramos, como afirma Teixeira (2009, p. 116). Entendeu-se também necessária, a atualização da situação jurídica dos militares em missão, relativamente a vencimentos, participações e planos de saúde, algo que não fora atualizado desde a guerra colonial (Vitorino, 2000, pp. 34-35).

Um dos aspetos, relacionado com a atual Lei de Serviço Militar, que foi sendo percebido pelo Exército, é o início da redução dos efetivos militares, tendo muitas experiências de empenhamento operacional internacional. É denotado por Rocha (2000, pp. 90-91) que, embora durante a missão ainda eram possuídas pelas FAP, as capacidades, meios e números militares necessários para as operações, estas propriedades estavam em risco de se perder nos anos vindouros, já com indícios passados, com a redução de 1.600 militares nos finais dos anos 90.

Resultante das experiências obtidas, foi levado em consideração a especialização dos efetivos, com vista a melhorar as capacidades técnicas e táticas das forças destacadas, e a tornar os militares inseridos nas mesmas, mais moldados física e moralmente às missões futuras, como refere Teixeira (2009, p. 116).

Relativamente aos meios militares portugueses em missão, Vitorino (2000, p. 34) salienta que foi perceptível a necessidade de uma melhoria significativa na área da logística antecedente às operações, desde o transporte e movimentação dos equipamentos e pessoal de Portugal para o TO, até às capacidades do fornecimento de ração e apoio sanitário. Retirou-se também da experiência, a importância de trabalhar e aprofundar a temática recente das regras de empenhamento e da inevitabilidade de uma preparação mais abrangente e focada dos militares, no que se refere à doutrina específica das operações de apoio à paz (Vitorino, 2000, p. 34).

Nesta mesma área, Rocha (2000, pp. 89-90) afirma, que se deve dar uma maior importância à preparação prévia das forças e da capacidade de as FAP atuarem num determinado contexto. Apercebeu-se da necessidade de uma forte componente logística e de sustentação aos militares no terreno, de modo a ter unidades específicas militares com alta capacidade de atuação em ambientes hostis, com a possibilidade de empenhamento em diferentes planos, de forma simultânea. Machado (1997, p. 96) aponta, que as nossas forças não devem estar em dependência das capacidades dos contingentes de outros países, para prosseguir com as tarefas atribuídas.

Quanto ao equipamento individual, após a primeira fase da operação no TO, foi implementado nas forças do Exército em missão, calças e casaco *gore-tex*, e outros equipamentos em substituição aos utilizados inicialmente pelas forças expedicionárias, tais como sacos de cama e outro vestuário individual para o frio. Referido por Machado (2021, pp. 193-195), com as dificuldades passadas e relatórios da IFOR sobre as mesmas, foram feitas reflexões e posteriores implementações de novos equipamentos táticos, de melhor qualidade e adaptabilidade às tarefas dos militares. Nestes equipamentos incluem-se *camelbaks*, coletes táticos atualizados, botas adaptadas ao frio entre outros.

Existiram também aprendizagens e melhorias no âmbito da psicologia militar, provenientes das experiências do empenhamento das forças na BiH através de avaliações exercidas a alguns dos militares que participaram nas missões. Estes testes foram realizados pelo Centro de Psicologia Aplicada do Exército, com o intuito de verificar aspetos a melhorar no futuro, evitando e/ou se necessário acompanhando situações traumáticas provenientes dos cenários em causa (Machado, 2021, p. 197).

No âmbito da comunicação social e das relações dos militares com os jornalistas no terreno, Machado (1997, pp. 91-92) menciona que, passada a fase inicial da missão, os militares já possuíam um conhecimento rigoroso sobre o modo como agir e atuar junto dos meios de comunicação, melhorando consideravelmente o método de trabalho conjunto entre esses meios e as FAP.

Segundo Pereira (2005), os militares começaram a adotar os procedimentos da OTAN relativamente aos procedimentos com a comunicação social, para além de possuírem individualmente um documento de apoio focado nessa matéria e de rápido acesso em qualquer situação. Posteriormente, para futuras missões internacionais, as forças começaram a receber formação prévia no contexto em causa, para além da instrução complementar de alguns oficiais, tanto em escolas da OTAN como em Portugal, como afirma (Machado, 2021, pp. 187-188).

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

2.1. Metodologia

A metodologia de uma investigação científica, principalmente no âmbito das ciências sociais está relacionada com a abordagem da mesma, afirmam Creswell e Creswell (2018, p. 50). Desta forma, fomos procurar entender e perceber quais são as abordagens existentes referentes às investigações no âmbito das ciências sociais e, segundo os mesmos autores, estas verificam-se no Quadro 4.

Quadro 4 - Abordagens da Metodologia numa Investigação no Âmbito das Ciências Sociais

	Dados	Tipologia das Questões de Investigação	Objetivos de Investigação
Abordagem Qualitativa	Alfabéticos (palavras)	Questões de resposta aberta	Conhecer, compreender e explicar fenómenos
Abordagem Quantitativa	Numéricos	Questões de resposta fechada	Testar teorias e/ou variáveis
Abordagem Mista	Numéricos e alfabéticos	Questões de resposta aberta e fechada.	Reconhecer e validar informações de carácter quantitativo e qualitativo

Fonte: Adaptado de Creswell e Creswell, 2018, p. 51

Os autores Creswell e Creswell (2018, p. 51) descrevem as três abordagens de acordo com a tipologia dos dados, das questões de investigação e dos objetivos da investigação. A abordagem qualitativa é descrita por pretender a recolha de dados essencialmente alfabéticos, sendo que as questões realizadas pretendem aferir uma determinada perspetiva e/ou opinião do entrevistado e, desse modo, as mesmas são caracterizadas por serem questões com resposta aberta, com a finalidade de conhecer, compreender e explicar o fenómeno em estudo (Creswell & Creswell, 2018, p. 51). Por outro lado, a abordagem quantitativa é utilizada em investigações cujo objetivo é focado em testar teorias e/ou variáveis, com base em hipóteses e/ou variáveis pré-definidas, através da recolha de dados essencialmente numéricos e, em consequência, as respostas às questões de investigação têm de ser fechadas (Creswell & Creswell, 2018, p. 51). Por último, a abordagem mista pretende fundir as

tipologias de dados e questões de investigação das duas abordagens anteriormente referidas, e visa a reconhecer e validar informações de carácter quantitativo e qualitativo (Creswell & Creswell, 2018, p. 51). Posto isto, a nossa investigação segue uma abordagem qualitativa, uma vez que pretendemos explicar o fenómeno que decorreu na BiH, num determinado período de tempo.

No que diz respeito à abordagem qualitativa, Creswell e Creswell (2018, pp. 61-62) defendem que esta consiste numa abordagem e investigação bastante completa e utilizada no meio académico. Desse modo, segmentam a mesma de acordo com os métodos utilizados e os objetivos específicos e concretos da investigação, sendo que uma investigação científica que utilize uma abordagem qualitativa pode ser caracterizada de uma das seguintes formas. Investigação narrativa, estudos fenomenológicos, estudos etnográficos, teoria fundamentada ou estudo de caso.

Sabendo que a investigação narrativa é caracterizada por descrever uma determinada personalidade ou história, nomeadamente através da realização de autobiografias e histórias de vida, sabemos que esta não se adequa à nossa tipologia de investigação (Creswell & Creswell, 2018, p. 61). Como também não é pretendido realizar um estudo etnográfico descobrir uma teoria, sabemos que as tipologias de estudos etnográficos e teoria fundamentada, não são apropriadas para descrever o estudo desenvolvido (Creswell & Creswell, 2018, pp. 61-62).

Apesar da nossa investigação, pretender estudar um fenómeno em que este tenha integrado a perspetiva dos militares, que integraram nas forças em missão, não podemos considerar que é um estudo fenomenológico, principalmente devido ao facto de termos efetuado entrevistas apenas a elementos que fizeram parte dessas forças (Creswell & Creswell, 2018, pp. 61-62). Adicionalmente, a nossa investigação pretendeu recolher informações sobre as capacidades militares e logísticas da força em estudo, bem como as dificuldades encontradas no decorrer da missão internacional.

Devido aos fatores anteriormente mencionados, bem como a intenção de procurar analisar e descrever detalhadamente a realidade vivida pelas forças terrestres portuguesas neste TO, durante o período de tempo referente à missão internacional, os autores Creswell e Creswell (2018, p. 62) defendem que a nossa tipologia de investigação se caracteriza por ser um estudo de caso.

Como a nossa investigação relata acontecimentos históricos, foi necessário recolher dados de diversas fontes de dados, dos quais são destacadas as entrevistas, observação direta e documentação histórica segundo Atkinson (2017, pp. 65-66).

Numa fase inicial da investigação, procurámos aceder ao máximo de informações oficiais e documentação histórica para realizarmos a revisão da literatura (Hancock & Algozzine, 2006, p. 28). Por sua vez, seguimos as direções de investigação propostas pelos mesmo autores onde analisámos toda a documentação acedida, verificámos os pontos mais úteis e proveitosos para a nossa investigação, e, por último, efetuámos um cruzamento de dados sobre a temática em estudo. De acordo com os mesmos autores, as últimas duas fases consistem em sintetizar e documentar a literatura acedida, sendo que a síntese da mesma consiste na realização da triangulação das informações dos diversos autores dos artigos científicos e livros, de modo a obter o maior consenso académico sobre a temática, ao passo que a documentação da literatura consiste em particularizar e detalhar as informações recolhidas e do conhecimento obtido através da leitura dos diversos artigos científicos e livros (Hancock & Algozzine, 2006, p. 28).

2.2. Métodos de Recolha de Dados

No que diz respeito ao método da recolha de dados, este deve ser escolhido de acordo com os objetivos e tipo de investigação, devendo possuir a maior diversificação de fontes (Hancock & Algozzine, 2006, pp. 7-11).

Deste modo, a primeira fase da nossa investigação que ficou materializa pela redação do primeiro Capítulo, constituído por uma revisão da literatura sobre a temática, onde procurámos incidir sobre artigos científicos e livros cujos seus autores são peritos e especialistas em conflitos armados e na evolução histórica e geográfica da Jugoslávia. Através desta pesquisa, o método de recolha de dados para a primeira fase da nossa investigação foi a documentação.

Para a segunda fase, procurámos realizar um trabalho de campo cujos métodos de recolha de dados utilizados se complementassem entre si, de modo a eliminar a possibilidade da existência de lacunas nas informações. Assim, os métodos de recolha de dados escolhidos foram os seguintes:

- a. Documentação, em que procurámos aceder a artigos científicos contidos em diversas revistas militares portuguesas, livros militares bem como outros artigos científicos relativos ao processo da participação de Portugal nas operações de apoio à paz no âmbito da OTAN e todo o contexto das forças militares portuguesas durante as mesmas;

- b. Entrevistas, sendo estas especialmente focadas na aquisição de perspectivas e experiências passadas pelos nossos entrevistados, que foram comandantes e membros responsáveis e integrados nas forças portuguesas inseridas nas missões na BiH;
- c. Observação direta, onde existiu a intenção de registar as conversas informais e pessoais, que tivemos com antigos militares que também integraram as forças em missão, bem como os comportamentos dos nossos entrevistados antes, durante e após as entrevistas;

2.2.1. Documentação

Nas palavras de Marcon e Lakatos (2017, pp. 192-193), é necessária numa primeira abordagem, a procura de informações de diversas tipologias de fontes, para que se possa desenvolver uma investigação na área pretendida. Esta pode ser realizada através de fontes primárias e/ou de fontes secundárias.

A pesquisa de informação deve ser feita com as devidas precauções, devendo os investigadores estar abertos às possibilidades da falta de verosimilhança de determinadas fontes obtidas. Desde modo, numa investigação direcionada para um estudo de caso, é importante a utilização de um número elevado de fontes direcionadas ao mesmo assunto, de modo a comparar as mesmas e obter um grau de certeza cada vez mais elevado (Yin, 2018, p. 180).

O investigador de um estudo de caso cai no risco de focar-se excessivamente na documentação para a realização do seu projeto, no momento em que é difícil e exigente a procura sistemática pelo contexto da informação obtida e o objetivo por detrás da transmissão da mesma, sendo necessária uma análise das fontes (Yin, 2018, p. 182).

De forma a colmatar este tipo de dificuldades, durante a investigação realizada no âmbito do trabalho, parte da documentação pesquisada foca-se em diferentes tipos de documentos, cujos autores dos mesmos participaram ativamente nas missões de paz desenvolvidas na BiH, ou tiveram influência direta ou indireta na realização das mesmas, em contexto político e militar.

2.2.2. Entrevistas

De acordo com Creswell e Creswell (2018, p. 94), o investigador é um membro essencial e crucial para a investigação. Associado à interação e participação direta do

investigador, existe a necessidade de garantir o anonimato dos entrevistados, assim como sugerido por Mills et al. (2010, p. 25). Deste modo, a apresentação dos nossos entrevistados é efetuada de uma forma genérica, onde constam apenas as informações e dados estritamente necessários para a sua apresentação e de modo a transparecer a sua relevância no estudo, verificando-se os mesmos no Quadro 5.

Quadro 5 - Apresentação Genérica dos Entrevistados

	1º Entrevistado	2º Entrevistado	3º Entrevistado	4º Entrevistado
Nº de missões:	2	1	1	1 + 3 (Curta duração)
Datas	Jan96 - Ago96	Jan96 - Ago96	Ago96 - Fev97	Jan96 - Ago96
	Jul01 - Jan02			1997, 2002 e 2004
Posto durante a/as missão/ões:	2º Sargento	1º Sargento	Major	Capitão
	1º Sargento			
Função que desempenhou durante a/as missão/ões:	Cmdt Secção de Atiradores	Sargento de Alimentação	2ºCmdt 3BIAT	Oficial de Informação Pública
	Sargento de Pelotão de Atiradores			

Fonte: Elaboração Própria

Como apontam Marcon e Lakatos (2017, pp. 211-212), uma entrevista é uma ferramenta de obtenção de informação, prestigiada em diversas áreas, descrita pela conversação entre duas pessoas e com o intuito de obter informações específicas de uma determinada área.

Direcionadas mais especificamente a estudos de caso, as entrevistas, são instrumentos de elevada importância, com a capacidade de evidenciar a informação obtida anteriormente com a documentação, afirma Yin (2018, p. 183).

Para a investigação, foi realizado um guião de entrevista, visível no Apêndice A, que serviu de base para a condução das diferentes entrevistas e, posteriormente, entregue a cada um dos entrevistados, uma declaração de consentimento informado que oficializa a intenção de participação dos mesmos, contida no Apêndice B. Com os resultados das entrevistas, foi elaborado um quadro de análise das mesmas, contido no Apêndice C, que contém tópicos das informações obtidas em cada pergunta.

Em suma, as entrevistas realizadas focaram-se em militares do exército português, de diferentes categorias e funções, com o intuito de obter informação específica de diferentes níveis do cenário. As entrevistas continham perguntas abertas e com a possibilidade de os entrevistados acrescentarem qualquer tipo de informação relacionada com o tema¹¹. Das quatro entrevistas realizadas, três foram presenciais e uma de forma telemática.

2.2.3. Observação Direta

Focada nos indivíduos, a observação possibilita a avaliação do comportamento dos sujeitos, num ambiente em que estes desconhecem o propósito da análise. Esta facilita a recolha de dados de um modo mais amplo, no entanto, o tempo de observação necessário não tem a possibilidade de ser controlado (Marcon & Lakatos, 2017, pp. 207-208).

Divididas entre observações formais ou informais, as observações diretas consistem numa forma de obtenção de informação adicional sobre o assunto em estudo, como refere Yin (2018, p. 189). Estas podem incluir a presença e observação do contexto em estudo, como também do ambiente em que se envolvem as possíveis entrevistas realizadas, com conversas informais com os entrevistados.

Na realização da investigação, tivemos conversas informais com os entrevistados, fora das entrevistas efetuadas, onde se falou do tema geral do estudo em desenvolvimento. No mesmo contexto, passamos longos períodos na presença de outros militares que estiveram presentes nas missões em estudo, onde o tema foi constantemente abordado de forma casual, com o intuito de sermos envolvidos por todo o contexto do mesmo.

¹¹Cfr. Apêndice A - Guião do inquérito para entrevistas sobre as Operações de Apoio à Paz na Bósnia e Herzegovina

CAPÍTULO 3. RESULTADOS

3.1. Enquadramento

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos durante a investigação, na fase da recolha de informação. Foi realizada uma análise das entrevistas direcionadas a militares que integraram as forças destacadas na BiH, que se encontra disposta no Quadro 6¹². Ao longo do capítulo é feita uma comparação e cruzamento dos dados obtidos na observação direta e nas entrevistas realizadas, com os dados recolhidos na documentação, expostos no capítulo 1 da investigação. Com o cruzamento de dados, as questões de investigação serão respondidas nos devidos subcapítulos.

3.2. Capacidades das Forças em Missão

Verificado e exposto no enquadramento teórico da investigação, as forças portuguesas que integraram a missão na BiH, estiveram inseridas dentro do TO na BMN-SN, de comando italiano. Numa fase inicial da missão, foram destacados um BIAT e o DAS ambos pertencentes em território nacional à BAI, e o DL. Na composição do BIAT estavam inseridas 5 companhias, 3 de atiradores, 1 de apoio de combate e 1 de comando e serviços. O DAS era constituído por destacamentos de pessoal, logística, comunicações, reabastecimento e transportes, sanitário e de manutenção.

Registado nas entrevistas o primeiro contingente da IFOR continha um BIAT¹³, tal como o segundo descamamento de forças¹⁴, sendo que na primeira fase, o contingente ainda tinha na sua constituição um DL e um DAS¹⁵, dados que confirmam a revisão de literatura realizada.

Observado no Quadro 1, associados ao comando da IFOR estiveram inseridos 9 militares. O 2BIAT era composto por 678 militares, o DL por 21, o DAS por 217 onde parte do mesmo só iniciou o tempo de missão após três meses do resto do contingente. A força portuguesa inserida na IFOR, a janeiro de 1996, contava com 924 militares¹⁶.

¹²Cfr. Apêndice C – Análise de Entrevistas

¹³Cfr. Entrevistados 1 e 2

¹⁴Cfr. Entrevistado 3

¹⁵Cfr. Entrevistado 4

¹⁶Cfr. Entrevistado 4

Quanto à movimentação do material e equipamento das forças, revisto no primeiro capítulo, foram empregues mais de 100 contentores logísticos, referido nas entrevistas por 128 contentores¹⁷.

Relativamente ao equipamento utilizado pelas forças, conforme a o Quadro 3, estas tinham à sua disposição cerca de 200 viaturas, nas quais 25 eram blindadas, e todo o armamento individual e coletivo da orgânica das unidades. Complementar ao Quadro 3, é referido que as forças dispuseram de "Espingarda Automática Gallil 5,56mm; Chaimites; Unimogs; Coletes Tático e Balístico; Viaturas Táticas Mercedes."¹⁸, como também a Pistola Whalter¹⁹ e "Metralhadoras MG 3 7,62mm e Browning 12,7mm; Lança Granadas Automático 40mm Santa Bárbara; Morteiros 60mm IMI e 81mm Royal Ordnance; LAW 66mm; CSR Carl Gustav 84mm; mísseis MILAN; Viaturas blindadas V-200 Chaimite (26); Viaturas táticas UMM Alter, alguns armados com LGA 40mm Santa Bárbara; Metralhadoras Browning .50; Mísseis MILAN; Viaturas de transporte tático Iveco 40/10, 90/17 e 110/17"²⁰.

3.2.1. Síntese Conclusiva e Resposta à Pergunta Derivada nº1

Em resposta à PD1: "Quais as capacidades possuídas inicialmente pelas forças militares, nas operações de apoio à paz na Bósnia e Herzegovina nas quais Portugal esteve inserido?", numa fase inicial da operação desenvolvida na BiH, as capacidades possuídas pelas forças portuguesas consistiam numa unidade de combate de escalão batalhão, uma unidade de apoio de escalão companhia e uma pequena unidade de ligação às forças dos países adjacentes.

Inicialmente estas forças dispunham de contentores de transporte logístico de equipamento, viaturas blindadas e não blindadas, armamento individual e coletivo (ligeiro, médio e pesado), que inclui espingardas automáticas, metralhadoras ligeiras e pesadas, lança granadas, morteiros e armas anticarro.

3.3. Desafios Enfrentados pelo Exército

Revisto no enquadramento teórico, previamente à missão, o exército encontrava-se a passar por uma reestruturação alargada e possuía unidades focadas no aprontamento e

¹⁷Cfr. Entrevistado 4

¹⁸Cfr. Entrevistados 1 e 2

¹⁹Cfr. Entrevistado 3

²⁰Cfr. Entrevistado 4

missões no continente africano, o que levou à falta de militares integrados nos quadros permanentes da instituição. Em simultâneo, algumas das suas unidades principais, nomeadamente a BAI e a BMI eram alvos de uma reconstrução, e as unidades de apoio em aprontamento estavam pouco desenvolvidas, condicionando a sua preparação para o novo TO na BiH. Existiu uma constante incerteza no empenhamento de Portugal nas operações até apenas dois meses antes do mesmo, que levou à nomeações para determinadas funções à última da hora²¹ e ao aprontamento apressado de toda a logística necessária para o envio de tropas²².

Na chegada ao TO, o exército não possuía nenhum porta-contentores necessário para o transporte do material para o setor da força, e sentia-se uma dificuldade acrescida quanto à logística responsável pelo abastecimento de víveres para os militares.

Um fator desafiante para as forças foram as condições meteorológicas adversas fora do habitual para os militares, e por sua vez a falta de adequação do material e equipamento individual e viaturas, possuídos pelas forças²³. Descrito no primeiro capítulo, durante os primeiros meses a força teve de se instalar numa zona destruída pela guerra, sem quaisquer condições sanitárias, sem possibilidade de banhos²⁴ e necessidade de dormir nos destroços²⁵, alimentação limitada apenas a massa e carne de vaca durante semanas²⁶, em paralelo com a necessidade de prontidão para executar as missões recebidas²⁷.

Já no TO, existia equipamento e material recente que os militares não tinham capacidade nem conhecimento para o operar, sendo deixado e esquecido na base em Sarajevo²⁸. A doutrina portuguesa relacionada com as regras de empenhamento e toda a tipologia de ações no âmbito das operações de paz, encontrava-se desatualizada, incluindo relatórios específicos de ações²⁹.

Na área da comunicação social foi notada, durante a missão, que os militares não se encontravam minimamente preparados para o relacionamento e a vivência com estes meios, dificuldade acrescida ao facto de que a pressão mediática existente no TO, encontrava-se numa escala muito superior ao que passou a ser habitual nesta tipologia de operações³⁰.

²¹Cfr. Entrevistado 2

²²Cfr. Entrevistados 1, 2 e 4

²³Cfr. Entrevistados 1, 2, 3 e 4

²⁴Cfr. Entrevistado 1

²⁵Cfr. Entrevistado 3

²⁶Cfr. Entrevistado 2

²⁷Cfr. Entrevistado 4

²⁸Cfr. Entrevistados 1 e 2

²⁹Cfr. Entrevistados 1, 2 e 4

³⁰Cfr. Entrevistado 4

Relacionado com as informações passadas aos escalões superiores presentes em território nacional, existia uma demora na percepção das dificuldades passadas pelas forças durante o destacamento. Com a falta da existência de situações de combate, não houve o sentido de urgência necessário para a adequação do equipamento, nomeadamente as viaturas Chaimite que já se encontravam obsoletas e completamente inadequadas³¹.

3.3.1. Síntese Conclusiva e Resposta à Pergunta Derivada nº2

No que toca à PD2: “Quais as dificuldades encontradas pelo exército português antes e durante o empenhamento dos militares?”, foi verificado que numa fase prévia à missão, existiu uma reestruturação das unidades do exército resultando numa falta de preparação e das suas unidades principais e da componente logística que já se encontrava a aprontar para missão. Juntamente com o existente empenhamento de forças em África, notava-se uma enorme falta de efetivo militar nos quadros permanentes, que gerava uma dificuldade acrescida na preparação, adequação e necessidades das forças nomeadas para as operações na BiH.

Durante o empenhamento, as dificuldades sentidas resumem-se em três pontos. A falta de equipamento e material individual, coletivo e de transporte, adequado ao contexto meteorológico da região. A desatualização e falta da doutrina portuguesa e treino direcionados à nova tipologia de missões, e fraca componente logística comparativamente a outros países, direcionada ao transporte de equipamento, alimentação da força e manutenção dos meios. A dificuldade na convivência em contexto operacional com os meios de comunicação social introduzidos no TO. Por último a falta de atuação por parte do comando em território nacional direcionado à intenção de colmatar todas as falhas e dificuldades sentidas pelas forças destacadas e o pensamento preso das chefias na tipologia de missões da guerra no Ultramar.

3.4. Melhorias para as Forças em Missão

Durante a fase inicial e em resposta às adversidades sentidas, foram adquiridos novos equipamentos mais adequados para a missão, nomeadamente calças e casacos *gore-tex*, sacos de cama e roupa prepara para as temperaturas negativas. Começou a ser efetuado o

³¹Cfr. Entrevistado 4

treino e preparação dos militares para operar com o equipamento recentemente adquirido e que se encontrava empacotado na base em Sarajevo³².

Foi notada uma melhoria na instalação dos militares no terreno, com melhores condições sanitárias, chegada de burros do mato para dormir e aquisição de meios para os militares tomarem banho. Passado o inverno, as dificuldades adjacentes à desadequação do equipamento e material da força foram se dissipando e facilitando a vivência e missão no TO³³. Verificou-se ainda uma passagem da responsabilidade de comando aos baixos escalões, nomeadamente a descentralização de decisões do território nacional para o comando de batalhão³⁴.

Direcionado aos contingentes seguintes, foram incluídos nas forças equipamentos mais modernos, como *camelbaks* e coletes táticos, foram notadas melhorias na capacidade de os militares comunicarem particularmente para território nacional e na ligação logística com empresas internacionais e mercados locais. Ocorreu uma mudança de base com melhores condições³⁵, e foi verificada uma melhoria dos equipamentos com o empenhamento de novas unidades nas missões³⁶.

Com o ganho de experiências das primeiras forças, foram implementadas adaptações aos treinos dos contingentes, e introduzidos relatórios e normas sobre como proceder em caso de acidentes, incidentes ou baixas³⁷.

Na área do contacto com os meios de comunicação, foram implementados procedimentos provenientes da OTAN, distribuídos documentos que facilitam a aprendizagem desses procedimentos e começou a ser administrada formação obrigatória a todos os militares nomeados para missões.

3.4.1. Síntese Conclusiva e Resposta à Pergunta Derivada nº3

Respondendo à PD3: “Quais foram as transformações originadas nas respostas às dificuldades encontradas e sua natureza – momentânea, conjuntural e estrutural?”, em resposta momentânea às dificuldades existentes, foram adquiridos novos equipamentos mais adaptados às adversidades e ao frio e realizaram-se melhorias nas instalações e condições sanitárias, com a introdução de chuveiros, aumentando a moral da força. Deu-se mais

³²Cfr. Entrevistados 1 e 2

³³Cfr. Entrevistado 3

³⁴Cfr. Entrevistado 4

³⁵Cfr. Entrevistado 1

³⁶Cfr. Entrevistado 3

³⁷Cfr. Entrevistado 4

responsabilidade de comando aos baixos escalões e descentralizaram-se as capacidades de tomada de certas decisões de comando, do território nacional para o comando de batalhão, e foi administrada formação aos operadores do equipamento deixado na base.

Na conjuntura das condições do TO, com a passagem do inverno, existiu uma melhoria nas condições da força e capacidade de execução das operações.

Quanto às transformações realizadas na configuração das futuras forças destacadas, foram adotadas novas doutrinas e treinos das mesmas, direcionadas à nova tipologia de missões, implementadas normas e atualizado o equipamento militar individual e tático. Foram melhoradas as capacidades de telecomunicação dos militares para o território nacional e fornecida a realizada a formação prévia das forças, necessária para o contacto com os meios de comunicação presentes no TO.

3.5. Síntese Conclusiva e Resposta à Pergunta de Partida

Através do cruzamento da informação recolhida durante a investigação e com respostas às PD, foi possível responder à PP: “Quais foram as lições aprendidas obtidas para o exército português, nas operações de apoio à paz na Bósnia e Herzegovina?”. São visíveis várias lições aprendidas para o exército, resultantes das operações de paz na BiH.

Numa primeira instância, tendo sido a primeira missão realizada na Europa, no contexto da paz, foi notada uma necessidade enorme de atualizar as doutrinas militares, relativamente ao treino das forças, procedimentos a adotar, e novas normas de execução. Com especial consideração às técnicas e condutas das unidades militares de outros países da OTAN, com experiência neste domínio, nomeadamente as regras de empenhamento e de atuação em paralelo com os meios de comunicação social.

Quanto às capacidades da instituição, registou-se o carecimento de uma atualização na estrutura da mesma e na atualização e adequação do equipamento militar, com especial foco nas forças em missão. Também se assimilou a enorme importância da componente logística relativamente à capacidade de atuação prolongada de qualquer força, em ambiente desconhecido e de condições adversas, como também no movimentação e instalação da mesma. Esta necessidade verificou-se através da capacidade logística de outros países no TO, muito superior à possuída pelo exército português.

Por último, aprendeu-se que as unidades militares devem manter-se constantemente bem preparadas e em prontidão para participar nas missões internacionais, sem dependerem diretamente das capacidades das forças destacadas das diversas nações no TO.

CONCLUSÕES

A investigação realizada retrata todo o contexto da participação portuguesa nas operações de apoio à paz realizadas na BiH, onde o exército esteve empenhado nas forças destacadas da OTAN. Tem como objetivo principal, perceber quais as aprendizagens retiradas especificamente para o exército, provenientes das diferentes fases da missão, desde o aprontamento para a mesma, até ao seu término.

De modo a perceber todo o contexto das missões, é importante realçar que a situação política em Portugal, tanto no nível interno como na inserção nacional nas organizações internacionais, teve influência para a existência das mesmas. As intenções políticas para a que existisse um empenhamento militar nestas operações, desencadearam todo o enredo no cenário que levou à evolução das capacidades exército.

Devido a este ser o primeiro empenhamento português na nova esfera de missões de paz, serviu como uma enorme rampa de lançamento para a aprendizagem e evolução das forças destacadas, e perceção das novas necessidades e transformações que são inevitáveis para Portugal, para as FAP e essencialmente para o exército. Os militares passaram diversas dificuldades no TO, devido á falta de preparação e experiência em operações desta envergadura e tipologia.

Com a investigação realizada, verificou-se que existe uma necessidade iminente de atualizar as doutrinas do exército, relacionadas com as regras de empenhamento e procedimentos relacionados com as mesmas. Portugal tem a necessidade de investir no exército, de modo a tornar as suas forças mais flexíveis e adaptadas a diferentes cenários operacionais. Comparativamente à capacidade das forças de outras nações da OTAN, a logística militar portuguesa encontra-se pouco desenvolvida e necessita de fortalecer as suas componentes específicas, de modo a capacitar as forças para as futuras missões.

É fundamental salientar que os militares inseridos no primeiro contingente para a BiH, tendo de grosso modo na sua constituição os paraquedistas portugueses, foram batedores de um percurso necessário de se realizar pelo exército. Apesar de todas as adversidades e obstáculos encontrados, foram capazes de realizar extremas provações e de cumprir todas as missões e encargos operacionais à sua responsabilidade, colaborando para uma melhor visão internacional de Portugal, melhores condições de vida na região e para o aperfeiçoamento e adaptação do exército (Machado, 2021, pp. 201-201).

Relativamente às limitações da investigação, estas focaram-se na dificuldade em reunir documentação mais concreta e específica sobre os contingentes que participaram nas missões, devido à possibilidade da existência de um nível de classificação.

Quanto às entrevistas realizadas, apesar de se ter obtido uma amostra com diferentes funções e responsabilidades durante as missões, não foi possível entrevistar o militar de patente mais elevada do batalhão do primeiro contingente.

Para futuras investigações, sugere-se a realização de uma pesquisa sobre a evolução e transformação do exército nas missões do âmbito em estudo, na atualidade, tal como a comparação das do conhecimento e capacidades táticas doutrinárias com outros países inseridos na OTAN.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmad, N. (1998). BOSNIAN CRISIS AND THE UN PEACE-KEEPING ROLE. *Strategic Studies*, 19/20, 24–54.
- Almeida, J. (2003). A NATO e a Intervenção Militar na Bósnia. *Nação e Defesa*, 105(2), 177-198. <http://hdl.handle.net/10400.26/1397>
- Atkinson, J. D. (2017). Qualitative Methods. In *Journey into Social Activism: Qualitative Approaches* (pp. 65–98). Fordham University Press.
- Banks, W. C., & Straussman, J. D. (1999). A New Imperial Presidency? Insights from U.S. Involvement in Bosnia. *Political Science Quarterly*, 114(2), 195–217. <https://doi.org/10.2307/2657737>
- Bildt, C. (2021). *BOSNIA TO WAR, TO DAYTON, AND TO ITS SLOW PEACE*. European Council on Foreign Relations.
- Branco, C. (2018). O DESMEMBRAMENTO DA JUGOSLÁVIA. A Guerra Na Antiga Jugoslávia Vivida Na Primeira Pessoa.
- Branco, C. (2023). A Participação das Forças Armadas Portuguesas em Operações de Apoio à Paz. *Políticas Públicas de Defesa*, pp. 335-374.
- Branco, C. Dias, C. M. Martins, C. Perestrelo, C. Fonseca, C. Leandro, F. Dias, G. Santos, H. Maldonado, J. Santana, J. Graça, J. Banazol, J. Correia, J. Saraiva, L. E. Cardoso, N. Gonçalves, P. Reis, T. (2018). *A Guerra na Antiga Jugoslávia Vivida na Primeira Pessoa*. Fernando Mão de Ferro.
- Briscoe, I., Drent, M., Homan, K., Putten, F. P. & Zandee, D. (2015). United Nations. In J. van der Lijn, L. van de Goor, J. Rood, & R. Dinnissen (Eds.), *Peacekeeping operations in a changing world* (pp. 39–50). Clingendael Institute.
- Brito, L. Machado, M. Pereira, J. (1997). *Bósnia 96, Missão do Exército em Apoio à Operação de Paz*. Secção de Informação Protocolo e Relações Públicas do Gabinete do General Chefe de Estado-Maior do Exército.
- Calmeiro, L. M. A. e Magro, J. M. T. (2005, outubro). *O Exército Português nos caminhos da PAZ. 1989-2005*. Secção de Cooperação Militar e Alianças do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército.
- Campos, A. S., Faria, C. F. N., Pimenta, R. J. M. (2021, setembro). Recordar o Agrupamento Conjunto ALFA/BLI/SFOR. Bósnia-Herzegovina (2000). *Revista Militar*, pp. 625-661.

- Creswell, J., & Creswell, D. (2018). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. (5a). SAGE Publications. https://spada.uns.ac.id/pluginfile.php/510378/mod_resource/content/1/creswell.pdf
- Cutileiro, J. (2000). Bósnia-Herzegovina Contribuição Portuguesa para uma Solução Política. *Nação e Defesa*, pp. 61-69.
- Dobbins, J., McGinn, J. G., Crane, K., Jones, S. G., Lal, R., Rathmell, A., Swanger, R., & Timilsina, A. (2003). BOSNIA. In *America's Role in Nation-Building: From Germany to Iraq* (1st ed., pp. 87–110). RAND Corporation.
- Dobbins, J., Miller, L. E., Pezard, S., Chivvis, C. S., Taylor, J. E., Crane, K., Trenkov-Wermuth, C., & Mengistu, T. (2013). Bosnia and Herzegovina. In *Overcoming Obstacles to Peace: Local Factors in Nation-Building* (pp. 93–124). RAND Corporation.
- Drapac, V. (2005). The Memory of War and the History of the First Yugoslavia. *War & Society*, 23(1), 23–41. <https://doi.org/10.1179/072924705791202247>
- Frydrych, E. K. (2008). The Debate on NATO Expansion. *Connections*, 7(4), 1–42.
- Gomes, J. M. (2000). O Envolvimento Diplomático de Portugal na Bósnia-Herzegovina. *Nação e Defesa*, pp. 51-60.
- Gowan, R., & Korski, D. (2011). The Security Council and Peacekeeping in the Balkans, 1992-2010. In International Peace Institute (Ed.), *Maintaining International Peace and Security: A Summit Meeting of the UN Security Council* (pp. 16–24). International Peace Institute.
- Hancock, D. R., & Algozzine, R. (2006). *Doing case study research: A practical guide for beginning researchers*. Teachers College Press. <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/72900/1/23PDF.pdf>
- Hillen, J. F. (1995). *Killing with Kindness: The UN Peacekeeping Mission in Bosnia*. Cato Institute.
- Hoehn, A. R., & Harting, S. (2010). The NATO That Once Was. In *Risking NATO: Testing the Limits of the Alliance in Afghanistan* (pp. 5–12). RAND Corporation.
- Hunt, S., & Lute, D. (2016). Inclusive Security: NATO Adapts and Adopts. *PRISM*, 6(1), 6–19.
- Kiani, M. (2004). THE CHANGING DIMENSIONS OF UN PEACEKEEPING. *Strategic Studies*, 24(1), 177–209.
- Lopes, A. J. F. (2022, outubro 10). *Portugal e o CEDN entre o fim da política de blocos e a eclosão da Guerra nos Balcãs*. Conceito Estratégico de Defesa Nacional – Balanço

- Histórico de 1985 a 2013, Instituto da Defesa Nacional.
https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/ebriefing/Documents/E-Briefing%20Papers/E-Briefing%20Paper%20novembro%202022%20completo_CEDN_final%20vs2.pdf
- Macdonald, D. B. (2002). Tito's Yugoslavia and after: Communism, post-Communism, and the war in Croatia. In *Balkan Holocausts?: Serbian and Croatian victim centred propaganda and the war in Yugoslavia* (pp. 183–219). Manchester University Press.
- Machado, M. S. (1997, fevereiro). A Informação Pública Portuguesa na “IFOR”/Bósnia. *Revista Militar*, pp. 69-119.
- Machado, M. S. (2021, fevereiro). Bósnia e Herzegovina 1996, ponto de viragem no Exército Português. *Revista Militar*, pp. 157-213
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2017). *Fundamentos da Metodologia Científica* (8ª Edição). São Paulo: Atlas.
- Mills, A. J., Durepos, G., & Wiebe, E. (Eds.). (2010). Encyclopedia of Case Study Research. Em *Encyclopedia of case study research* (Vols. 1 & 2, p. 1137). *SAGE Publications*.
<https://bayanbox.ir/view/2229366504315040052/ENCYCLOPEDIA-OF-CASE-STUDY-RESEARCH-2.pdf>
- Nadin, P. (2019). The United Nations: A history of success and failure. *AQ: Australian Quarterly*, 90(4), 11–17.
- North Atlantic Treaty Organization. (2022, junho 03). *A Short History of NATO*.
https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_139339.htm
- North Atlantic Treaty Organization. (2024, março 21). *Peace support operations in Bosnia and Herzegovina (1995-2004)*.
https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52122.htm#aim
- Paczulla, J. (2004). The Long, Difficult Road to Dayton: Peace Efforts in Bosnia-Herzegovina. *International Journal*, 60(1), 255–272.
<https://doi.org/10.2307/40204032>
- Paul, C., Clarke, C. P., & Serena, C. C. (2014). The Balkans (1991–2010). In *Mexico Is Not Colombia: Alternative Historical Analogies for Responding to the Challenge of Violent Drug-Trafficking Organizations, Supporting Case Studies* (pp. 53–84). RAND Corporation.
- Pereira, C. S. (2005). Os jornalistas portugueses e a experiência dos Balcãs. *Janus*.
https://www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005_4_3_16.html

- Philips, R. (2005). Bosnia-Herzegovina: The U.S. Army's Role in Peace Enforcement Operations, 1995-2004. *Center of Military History*. https://history.army.mil/html/books/070/70-97-1/cmhPub_70-97-1.pdf
- Rehs, A. M. (2005). Bosnia and Herzegovina – A Protectorate of Brussels at the Gates of Europe? *Slovak Foreign Policy Affairs*, 6(2), 52–66.
- Ristovitch, M. (2014). A short overview of the history of the Yugoslav experiment 1918-1991. *Revista Portuguesa De História*, (45), 127–157. https://doi.org/10.14195/0870-4147_45_6
- Rocha, O. C. (2000). Portugal e as Operações de Paz na Bósnia: A Preparação das Forças. *Nação e Defesa*, pp. 71-92.
- Rupnik, J. (1999, outubro). *Balcãs - As responsabilidades da Europa*. Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- Solana, J. (2000). As Lições da Bósnia. *Nação e Defesa*, pp. 17-24.
- Sousa, F. X. F. (2011, fevereiro). A Participação de Portugal nas Operações de Paz e a Segurança Nacional. *Revista Militar*, pp. 271-297.
- Teixeira, N. S. (2009). *Contributos para uma Política de Defesa*. Ministério da Defesa Nacional.
- Trent, J., & Schnurr, L. (2018). Evolving International Organizations: the UN Past and Present. In *A United Nations Renaissance: What the UN is, and what it could be* (1st ed., pp. 22–55). Verlag Barbara Budrich. <https://doi.org/10.2307/j.ctvdf03xp.6>
- United Nations (2017, novembro 19). *The Structure of the United Nations*. <https://unitednationsorganisation.blogspot.com/2017/11/the-structure-of-united-nations.html>
- Vitorino, A. (1996). Política de Defesa Nacional. *Nação e Defesa*, pp. 34-46. <http://hdl.handle.net/10400.26/1571>
- Vitorino, A. (2000). Nos Cinquenta Anos da NATO: Algumas Reflexões sobre a Operação de Paz na Bósnia-Herzegovina. *Nação e Defesa*, pp. 25-39.
- Walasek, H. (2020). Bosnia and the destruction of identity. In V. Apaydin (Ed.), *Critical Perspectives on Cultural Memory and Heritage: Construction, Transformation and Destruction* (pp. 224–238). UCL Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv13xpsfp.19>
- Westerfield, H. B. (1984). The Birth of NATO, by Nicholas Henderson. *Political Science Quarterly*, 99(2), 360–361. <https://doi.org/10.2307/2150420>
- White, N. D. (2019). THE LEGACY OF THE LEAGUE OF NATIONS: CONTINUITY OR CHANGE? *Revista Española de Derecho Internacional*, 71(2), 277–284.

Yin, R. (2018). *Case study research and applications: Design and Methods*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC, and Melbourne: SAGE.

APÊNDICES

APÊNDICE A: GUIÃO DO INQUÉRITO PARA ENTREVISTAS SOBRE AS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ NA BÓSNIA E HERZEGOVINA

Tema: Operações de Apoio à paz na Bósnia e Herzegovina: Aprendizagens para o Exército Português.

Objetivo da Entrevista: Confirmar os dados recolhidos no Enquadramento Teórico Conceptual, e analisar quais as mudanças implementadas nas forças em operações.

1. PROTOCOLO DA ENTREVISTA

- Apresentação institucional
- Apresentação do objeto de estudo
- Explicação dos objetivos do estudo
- Solicitar autorização para gravar e transcrever a entrevista
- Garantir o anonimato do entrevistado (Termo de Confidencialidade)

2. INFORMAÇÃO GENÉRICA

- Nome:
- Posto/Cargo durante a/as missão/ões:
- Função que desempenhou durante a/as missão/ões:
- N° de missões:

3. CONFIRMAÇÃO EMPÍRICA DO QUADRO TEÓRICO CONCEPTUAL

1. De que forma as forças portuguesas estiveram inseridas na IFOR?
2. Quais as capacidades e meios de que dispuseram as diferentes forças portuguesas inicialmente, nas operações de apoio à paz na Bósnia e Herzegovina em que Portugal esteve inserido?
3. Existiam diferenças na preparação e nas diversas tipologias de meios e equipamentos para as operações entre as forças portuguesas e as forças dos outros países?
4. Que dificuldades foram encontradas inicialmente e ao longo as operações de apoio à paz?

5. Quais foram as mudanças implementadas para combater as dificuldades encontradas (as lições aprendidas) relativamente a capacidades, meios, equipamentos, organização da força e outras vertentes?

4. COMENTÁRIOS FINAIS

- Devido à sua função especializada na missão, pôde notar alguma diferença na relação e comunicação entre as forças portuguesas com a população local, e as forças de outros países com a mesma?
- Ao ter estado em duas missões na Bósnia, notou alguma melhoria nos meios, equipamentos e preparação das forças portuguesas para as operações, de forma a combater as dificuldades encontradas inicialmente?
- Acrescentaria alguma informação ao que disse anteriormente?
- Recomenda que sejam feitas outras entrevistas a mais algum militar que esteve inserido no teatro de operações da Bósnia e Herzegovina?

5. AGRADECIMENTO

- Obrigado pela sua participação na entrevista!

APÊNDICE B: DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Consentimento para participação em entrevista/Dissertação de Mestrado da Academia Militar

Informações genéricas ao participante: Este trabalho está a ser realizado no âmbito da dissertação final do Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, cujo tema é – “Operações de Apoio à Paz na Bósnia e Herzegovina: Aprendizagens Para o Exército Português”. Esta investigação tem como autor o Aspirante de Infantaria Guilherme Silva Bastos Gomes, tendo como orientador o Professor Doutor António Paulo David Silva Duarte.

Concordo em participar no projeto de investigação do Aspirante Guilherme Gomes da Academia Militar. O objetivo deste documento é especificar os termos da minha participação no projeto.

1. Participo neste projeto como entrevistado de forma voluntária.
2. Foram-me dadas informações suficientes sobre este trabalho de investigação e fui-me explicado o objetivo da minha participação no mesmo.
3. A entrevista terá uma duração de aproximadamente 30 a 50 minutos. Dou permissão que o entrevistador faça anotações escritas durante a entrevista, e que a mesma seja gravada através de gravação áudio. Sei que, caso eu não queira que a entrevista seja gravada, posso recusar participar a qualquer momento.
4. Posso recusar responder a qualquer questão. Se eu sentir qualquer desconforto de algum género durante a entrevista, posso desistir de participar na mesma.
5. Percebo que não serei identificado nominalmente em nenhum relatório através de dados obtidos na entrevista, e que a minha confidencialidade como participante neste estudo permanecerá segura. No entanto, permito a utilização confidencial do meu posto e função durante o tempo em missão internacional na Bósnia e Herzegovina.
6. Li e compreendo as declarações e tópicos desta declaração de consentimento, tendo todas as minhas perguntas sido respondidas de forma clara. Concordo participar voluntariamente neste estudo.
7. Recebi uma cópia deste termo de consentimento assinado pelo entrevistador.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Participante,

Assinatura do Investigador,

Em caso de qualquer dúvida contactar: guilhermebastosgomes@gmail.com / 916671401

APÊNDICE C: ANÁLISE DE ENTREVISTAS

Quadro 6 - Análise das Entrevistas

Entrevistados	1º Entrevistado	2º Entrevistado	3º Entrevistado	4º Entrevistado
Questões				
1ª De que forma as forças portuguesas estiveram inseridas na IFOR?	2º Batalhão de Infantaria Aerotransportado na Brigada Italiana e 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (missões distintas).	2º Batalhão de Infantaria Aerotransportado na Brigada Italiana.	3º Batalhão de Infantaria Aerotransportado na Brigada Italiana.	“Missão das Forças Armadas Portuguesas – IFOR/BÓSNIA” (MFAP-IFOR/BÓSNIA): Destacamento de Ligação; Destacamento de Apoio de Serviço; 2.º Batalhão de Infantaria Aerotransportado; Destacamento C-212 AVIOCAR; Destacamento de Controlo Aéreo-Tático; Em finais de Janeiro de 1996 no início da missão, a força portuguesa era composta por 924 militares do Exército, a maioria constituído por paraquedistas.
2ª Quais as capacidades e meios de que dispuseram as diferentes forças portuguesas inicialmente, nas operações de apoio à paz na Bósnia e Herzegovina em que Portugal esteve inserido?	Espingarda Automática Gallil 5,56mm; Chaimites; Unimogs; Coletes Tático e Balístico; Viaturas Tácticas Mercedes.	Espingarda Automática Gallil 5,56mm; Chaimites; Unimogs; Coletes Tático e Balístico; Viaturas Tácticas Mercedes.	Espingarda Automática Gallil 5,56mm; Chaimites; Unimogs; Coletes Tático e Balístico; Viaturas Tácticas Mercedes; Pistola Whalter.	Espingarda Automática Gallil 5,56mm; Metralhadoras MG 3 7,62mm e Browning 12,7mm; Lança Granadas Automático 40mm Santa Bárbara; Morteiros 60mm IMI e 81mm Royal Ordnance; LAW 66mm; CSR Carl Gustav 84mm; mísseis MILAN; Viaturas blindadas V-200 Chaimite (26); Viaturas tácticas UMM Alter, alguns armados com LGA 40mm Santa Bárbara; Metralhadoras Browning .50; Mísseis MILAN; Viaturas de transporte táctico Iveco 40/10, 90/17 e 110/17; Total de 200 viaturas, dezenas de atrelados e geradores e 128 contentores marítimos.
3ª Existiam diferenças na preparação e nas diversas tipologias de meios e equipamentos para as operações entre as forças portuguesas e as forças dos outros países?	Relatórios desatualizados; Diferenças na doutrina das forças (Checkpoints; Patrulhamentos), só começaram a ser implementados e atualizados na 2ª Missão.	Relatórios desatualizados; Diferenças na doutrina das forças (Checkpoints; Patrulhamentos). No entanto, as forças portuguesas tinham melhor capacidade de navegação no terreno; relações com a população local e ajuda da mesma.	Outros países tinham: Melhores equipamentos e meios; Fardamento para o frio; Armamento mais avançado; Viaturas mais evoluídas e com aquecimento.	Existiam diferenças de meios e de grau de preparação: Determinadas forças já tinham experiências anteriores em Operações de Apoio à Paz na Bósnia e noutros locais (franceses); Preparação igual ou inferior na generalidade dos meios e pessoal, embora que relativamente a forças especiais, estado-maior ou a informação pública, tinham maior experiência operacional, com maior quantidade e melhor qualidade de equipamentos individuais e coletivos (italianos); Capacidade e preparação logística muito superior comparado à capacidade portuguesa.
4ª Que dificuldades foram encontradas inicialmente e ao longo das operações de apoio à paz?	A nível logístico: Falta de material adequado; Falta de operadores para o material novo da força (falta de treino e preparação prévia dos militares com o equipamento); Falta de conhecimento e preparação tática para atuar em condições meteorológicas adversas; Falta de informação por parte do Comando; Incerteza sobre os próximos passos e ações.	A nível logístico: Falta de material adequado; Falta de operadores para o material novo da força (falta de treino e preparação prévia dos militares com o equipamento); Falta de conhecimento e preparação tática para atuar em condições meteorológicas adversas; Falta de informação por parte do Comando; Incerteza sobre os próximos passos e ações.	Primeiros meses a dormir no chão, posteriormente em burros do mato e só após 1 ano em camas; Viaturas sem aquecimento (capotas de lona); Equipamento individual inadequado; Alimentação fraca e necessidade de semanalmente reabastecer em Sarajevo, longe da base.	Falta de adequação do equipamento individual e colectivo, ao tipo de clima encontrado; Dificuldade na colocação dos equipamentos nos locais de utilização; Falta de capacidade económica e material para conseguir bons aquartelamentos para a tropa; Instalação em edifícios em ruínas, em paralelo com a necessidade de começar a cumprir missões; Demora das chefias em Portugal, em receber as críticas que lhes chegavam da Bósnia em relação à falta de meios e certos procedimentos.
5ª Quais foram as mudanças implementadas para combater as dificuldades encontradas (as lições aprendidas) relativamente a capacidades, meios, equipamentos, organização da força e outras vertentes?	Adaptação dos militares; Procura em melhorar as falhas iniciais; Resiliência dos militares portugueses e ajuda da população.	Preparação de operadores para os equipamentos que existiam na base e que inicialmente não eram utilizados por falta de militares que os soubessem operar.	Melhoria dos equipamentos passado 1 ano com a chegada do IBIMoto; Ao deixar de ser inverno, houve uma melhoria das condições.	Chegada de casas de banho e chuveiros de campanha, roupas novas para o frio; Melhoria de algumas viaturas tácticas com placas blindadas (Iveco 40/10) e instalação de melhoramentos nas Chaimites; Melhoria gradual dos edifícios e troca de camas de campanha por camas normais, passado mais de um ano; A força que era comandada e controlada na sua maioria diretamente pelas chefias em Lisboa, começou a centralizar o seu comando no comandante de batalhão; Aumento da atribuição de responsabilidades aos baixos escalões no terreno.
Comentários Finais				
1ª Devido à sua função especializada na missão, pôde notar alguma diferença na relação e comunicação entre as forças portuguesas com a população local, e as forças de outros países com a mesma?			Houve diferenças; Uma melhor relação das forças portuguesas com a população, eram ajudados a nível logístico pela mesma; Facilidade em resolver incidentes, devido à melhor comunicação, através de negociações com os líderes dos grupos locais (Sérvios e Muçulmanos); Planeamento das inspeções ao armamento e depósitos de guerra com a ajuda dos chefes.	Maior facilidade de relacionamento com a população local; No entanto, a nível do apoio à população, os portugueses só conseguiam apoiar com alguns alimentos maquinarias e viaturas, enquanto que forças de outros países reparavam edifícios, equipavam escolas com mobílias e computadores, e outras ajudas.
2ª Ao ter estado em duas missões na Bósnia, notou alguma melhoria nos meios, equipamentos e preparação das forças portuguesas para as operações, de forma a combater as dificuldades encontradas inicialmente?	Houve melhorias: Mudança de base para junto dos Noruegueses (preparada para o frio); Os militares já sabiam operar com os novos equipamentos; Existência de banhos; Preparação da força mais adequada para as condições e tipologia das missões.			Houve evolução em vários aspetos: Relativamente à legislação enquadrante dos militares em missão (salários); Passagem de burros do mato para camas; Contentores em vez de casas em ruínas; Melhoria das instalações sanitárias, quartéis, fardamento e calçado para o frio; As experiências das primeiras forças foram inseridas no treinamento das seguintes; Foram inseridos procedimentos para situações de acidentes, incidentes e baixas, que anteriormente não existiam ou não se adequavam, sendo esses procedimentos baseados nas forças dos outros países.
3ª Acrescentaria alguma informação ao que disse anteriormente?	Carregamento dos contentores com o material da missão à pressa; Falta de banhos nos primeiros meses e sem divisões sanitárias para as mulheres; Cursos de equipamentos especializados eram dados a militares que durante a missão não operavam os mesmos e não eram dados a quem era nomeado para operar o equipamento.	A missão só foi confirmada 3 meses antes; Nomeações para funções da missão à última da hora e falta de preparação; Material deixado na base em Sarajevo e não utilizado; Primeiro mês de missão foi vivido à base de massa e carne de vaca.	Viaturas, equipamentos individual e coletivo inadequados para o frio; As missões foram sempre cumpridas a nível tático; Excelente desempenho e boa resiliência dos militares na missão; Cumprimento da missão independentemente das condições meteorológicas e da falta de preparação.	Dificuldades iniciais deveram-se à inexperiência de Portugal em missões deste tipo; A missão era visualizada pelas chefias como semelhante às missões no Ultramar; Empenhamento português foi decidido muito em cima da data da partida e a preparação dos equipamentos a transportar; A força portuguesa não tinha um único porta-contentores e tinha 128 contentores para transportar! Cada país tendia a ser autónomo na sua logística, logo não se podia depender das outras forças; Foi necessário viver no meio de vilas e cidades em que havia falta de tudo; Falta de condições para os militares a nível sanitário, de equipamento e fardamento inadequado para o frio; Pressão mediática enorme em larga escala, onde as atividades das forças eram cobertas durante meses por jornalistas portugueses; Devido à ausência de combates, houve desleixo na intenção de alterar certos equipamentos (por exemplo, as chaimites não foram substituídas) ao longo dos anos na Bósnia; A nível logístico começou-se a recorrer a empresas multinacionais e a mercados locais; Evolução das telecomunicações particulares dos militares para Portugal; Os paraquedistas foram o núcleo duro da força, numa operação de riscos elevados, grande exigência derivada do pleno inverno nos Balcãs, num país devastado pela guerra; As missões na Bósnia e Herzegovina e as forças inseridas nas mesmas, contribuíram para a mudança e evolução do Exército, uma imagem diferente de Portugal no mundo e para o início da normalização da vida da Bósnia.

Fonte: Elaboração Própria